

25/10/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Tecnologia acessível](#)

[Fusões e aquisições consolidam setor de educação](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Enfrentando a crise de aprendizagem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Na Argentina, crise econômica abate a educação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Advogados enfrentam mercado em queda e alta concorrência](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Número de doutorados triplica em 6 anos](#)

O LIBERAL - PA

[Vitrine](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Produção científica da UFRN tem destaque em avaliação de pesquisas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Governo Bolsonaro estuda reestruturar Inpe, órgão que monitora a Amazônia](#)

CULTIVAR

[Embrapa defende investimento em pesquisa pública](#)

EDUCA MAIS BRASIL

[Doutorado sanduíche no Canadá: Capes prorroga inscrições para seleção de projetos](#)

HOJE ES

[Debatedores defendem investimento em ciência e tecnologia para garantir retomada econômica](#)

JORNAL DO SENADO

[Debatedores defendem investimento em tecnologia para garantir crescimento](#)

O DOCUMENTO - MT

[Debatedores defendem investimento em ciência e tecnologia para garantir retomada econômica](#)

QUERO BOLSA

[Avaliação de cursos de pós-graduação deve mudar nos próximos anos](#)

TERRA

[Governo Bolsonaro estuda reestruturar Inpe, órgão que monitora a Amazônia](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Prefeitos e governos divergem sobre fim de piso para educação e saúde](#)

G1

[Volta de energia elétrica em escolas permite retorno de alunos a unidades de Itaquaquecetuba](#)

[Após interrupção de atividades no DF, colégio Alub deve entregar histórico escolar de alunos imediatamente](#)

[Escola onde parte de teto desabou é interditada e 466 alunos serão realocados em Cabo Frio, no RJ](#)

[Reforma da Previdência: veja as novas regras para a aposentadoria de professores](#)

[Imagens revelam sucateamento de escolas públicas no interior do Rio](#)

[Professor é afastado de colégio militar após denúncia de que pediu nudes a estudante, em Anápolis](#)

CLIPPING



[UFMG recebe R\\$ 24 milhões da verba que Governo Federal havia bloqueado](#)
[Hospitais universitários da PB devem receber R\\$ 3,5 milhões do Governo Federal](#)
Agências de notícias e sites

G1

[Acadêmico da Ufopa é premiado em encontro nacional de inteligência artificial, em Salvador](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova R\\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020](#)

[Proposta do governo de extinção de Capes e CNPq destrói sistema de pesquisa](#)
[Nova etapa na luta por recursos para a ciência](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Audiência pública debate melhorias para a educação em Rondônia](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[AMB vê indústria de diplomas](#)

O DIA - RJ

[Nova Iguaçu abre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Avaliação de pós-graduação passará a incluir impacto social e interação regional](#)

AGÊNCIA SENADO

[CE aprova R\\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020](#)

CICLO VIVO

[Pesquisadores criam plástico de mandioca: transparente e resistente](#)

GOVERNO DE SP

[Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável](#)

JORNAL OESTE

[Direção do IFMT em Cáceres e Sinasefe apresentam demandas para parlamentar durante audiência pública da Câmara Federal no município](#)

MAXPRESSNET

[Qual o impacto do bem-estar de suínos machos na cognição e emoção da prole?](#)

NEXO

[Os efeitos do desbloqueio tardio de verbas para as universidades](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES sedia conferência pela alfabetização](#)

SBT

[Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável](#)

SÉCULO DIÁRIO

[Movimentos sociais questionam eficácia do tratamento de comunidades terapêuticas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Tenho certeza que Weintraub me vê como inimiga, diz Tabata Amaral](#)

R7

[MEC divulga horário de provas do Enem em cada estado](#)

TERRA

[Falta de qualificação é barreira para expansão da IA](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASÍLIA - DF

Tecnologia acessível

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) acaba de assinar um acordo de cooperação com a Amazon Web Services (AWS) para que trabalhos de pesquisa selecionados tenham acesso livre aos cursos de ensino a distância da megaempresa norte-americana. "O Brasil tem um grande potencial e vamos investir nisso", afirma o executivo da AWS para América Latina, Canadá e Caribe, Jeffrey Kratz. Caberá agora ao CNPq definir as pesquisas que serão beneficiadas pelo acordo.

Imperdível

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, será o entrevistado de hoje do CB.Poder, às 13h20, na TV Brasília.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Fusões e aquisições consolidam setor de educação

São Paulo – Os números falam por si. No primeiro semestre deste ano, pelos cálculos da consultoria KPMG, o mercado de educação no Brasil assistiu a 15 grandes transações de fusões e aquisições. No mesmo período do ano passado, foram 13. O crescimento registrado da primeira metade do ano era um prenúncio de que a indústria de ensino privado estava retomando o embalo. E foi o que ocorreu.

Nesta semana, duas grandes movimentações agitaram o mercado: a aquisição da americana Adtalem pela brasileira Yduqs (ex-Estácio), por R\$ 1,9 bilhão — o maior negócio já registrado pela companhia brasileira —, e a compra de seis escolas, em três dias, pela Positivo Educacional, com sede em Curitiba. Somados, os contratos assinados nos últimos dias superaram R\$ 2,1 bilhões em investimentos, comprovando que as consolidações no setor de educação estão recuperando o fôlego. “Temos um planejamento de R\$ 200 milhões para investir na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses”, afirmou o presidente da Positivo Educacional, Lucas Guimarães.

A divulgação de dois grandes negócios na mesma semana não representa uma guinada, mas se apresenta como o início de uma retomada, segundo especialistas. No acumulado do ano passado, segundo a KPMG, houve 29 fusões e aquisições no segmento, resultado praticamente estável em comparação às 30 registradas um ano antes, quando a retomada teve início. Em 2016, foram apenas 19, uma queda de quase 30%, na comparação com 2016. Para 2019, as projeções de especialistas apontam para um resultado de 34 grandes negócios, alimentado por ativos baratos em dólar e busca por sinergias.

Para a corretora Guide Investimentos, a compra da Adtalem está em linha com o plano de expansão da companhia, e ainda marca a sua entrada no segmento de cursos preparatórios. “Vale notar que há sinergias entre os cursos preparatórios da Adtalem com as graduações de medicina e direito da Estácio, que demandam esse tipo de preparação no último ano”, informou a corretora.

O BTG Pactual também avaliou como positiva a transação. “Os ativos devem ajudar na diversificação da companhia com maior exposição no Nordeste e no segmento de educação continuada”, comentou o analista Samuel Alves. A Adtalem é o décimo maior grupo de educação superior no Brasil, tendo aproximadamente 102 mil estudantes cadastrados, 20 câmpus e mais de 180 centros de aprendizado a distância.

Com essa aquisição, a Yduqs recupera a segunda colocação no ranking de maiores instituições privadas no segmento de graduação do país, à frente da Universidade Paulista (Unip). Fica atrás somente da Kroton (atual Cogna), que segue na liderança, de acordo com dados da consultoria Hoper Educação.

Para se ter ideia do tamanho do negócio, as empresas somam 678 mil alunos e geram receita de R\$ 4,48 bilhões por ano. A operação não precisará ser aprovada por assembleia de acionistas, mas ainda depende da anuência do Conselho Administrativo da Defesa da Concorrência (Cade), segundo a Yduqs. O pagamento será feito à vista, na data de fechamento da transação, com recursos próprios e financiamento.

Fortalecimento

Apesar de ter sido a maior transação da história da Yduqs, a empresa vem apresentando crescimento considerável nos últimos anos. O objetivo, além de fortalecer a presença no Norte e Nordeste, é crescer também no interior de São Paulo. No mês passado, o grupo havia adquirido a UniToledo, de Araçatuba, por R\$ 102,5 milhões.

“Em meados do ano, entendemos que, para crescer, precisamos trazer gente com experiência de qualidade no setor, de referência. Não há outra marca tão conceituada em administração quanto o Ibmecc. E fomos procurar a Adtalem. A negociação foi adiante e vai originar uma unidade de negócios premium sob o chapéu da Yduqs”, disse o presidente da companhia, Eduardo Parente, ao jornal O Globo.

Com metas ousadas, a empresa quer avançar na oferta de cursos de ensino a distância e também ampliar os cursos de medicina que têm maior tíquete médio. Esse mercado se tornou muito lucrativo, uma vez que as faculdades privadas cresceram muito nos últimos anos, quando obtiveram recursos do governo.

Para Paulo Presse, especialista da Hoper, a operação vai além do crescimento em alunos, segmentos e regiões do país. “Ao adquirir marcas de referência, a Yduqs atua na manutenção de sua própria marca, ganhando atrativos para o negócio como um todo. Está comprando duas grandes pontas de crescimento, no ensino a distância, que é o segmento de maior crescimento em matrículas, e no premium, o de maior tíquete médio.”

No mercado de educação brasileiro, a líder é a Kroton, que, no início de outubro, se tornou uma holding, chamada Cogna Educação. O valor da empresa está em R\$ 18,2 bilhões. O modelo de crescimento adotado nos últimos anos foi a compra de faculdades. No entanto, ao tentar adquirir a Estácio, em 2017, esbarrou no veto do Cade.

A mudança para Cogna está em sintonia com a nova estratégia do grupo, que passa a operar com quatro empresas distintas. A Kroton tem como principal mercado as faculdades, como é o caso da Anhanguera. A Saber entrou para disputar licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação, e atuar nos serviços de educação para o ensino básico. Por sua vez, a futura Vasta focará na prestação de serviços de gestão para escolas e produção de material didático para alunos, e a Platos, na prestação de serviços de gestão para o ensino superior.

"Temos um planejamento de R\$ 200 milhões para investir na

aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses"

Lucas Guimarães,
presidente da Positivo Educacional

Retomada do embalo

R\$ 200 milhões
é o valor que será investido na aquisição de escolas de alto padrão nos próximos 12 meses

R\$ 108,6 bilhões
foi o resultado de 55 operações envolvendo empresas brasileiras no primeiro semestre deste ano

678 mil
é o número somado de alunos das empresas envolvidas no negócio

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Enfrentando a crise de aprendizagem

Precisamos alinhar formação de professores, produção de material curricular, avaliação e gestão escolar

É nesse sentido que cabe celebrar o fato de que, na semana passada, tenhamos conseguido concluir a tradução da Base Nacional Comum Curricular em currículos estaduais e do Distrito Federal, numa iniciativa liderada pelo Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) em parceria com a União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para as etapas de educação infantil e ensino fundamental. E mais, todos os currículos foram aprovados pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/claudia-costin/2019/10/enfrentando-a-cri-se-de-aprendizagem.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - INTERNACIONAL

Na Argentina, crise econômica abate a educação

Modelo argentino já foi referência na América Latina, mas falta de investimentos públicos vem piorando a qualidade do ensino

No país que terá eleições presidenciais no domingo, o investimento em educação em 2018 foi o menor da década: 5,1% do PIB, informa o enviado especial Rodrigo Cavalleiro. O aumento da pobreza, que afeta 35,4% da população, agrava o problema.

Aos 35 anos, César Sanabria dá aulas de desenho no primeiro ano de arquitetura na Universidade de Buenos Aires (UBA), a melhor da Argentina.

São quatro horas na segunda-feira e outras quatro na quinta-feira, de 19 horas às 23 horas. Como não ganha por isso, trabalha como segurança à noite e ajuda a administrar uma rádio.

Sanabria também passa algumas horas como camelô, nos fins de semana, vendendo

artigos para celular. Na semana que vem, além das quatro atividades, começará a trabalhar como fiscal da prefeitura, de 8 horas às 14 horas, durante a semana. No fim do mês, juntando tudo, ele ganha 35 mil pesos (R\$ 2.370), que o mantém na classe média. Questionado sobre por que insiste em dar aulas de maneira voluntária, tendo de acumular cinco empregos, ele é diplomático.

“Acho estranho não receber nada pelo trabalho de professor, mas encaro como voluntariado, uma forma de pagar o que recebi de graça. Isto me ajuda a formar uma rede de contatos e dá algum prestígio”, diz César, nascido e criado na Villa 31, a mais antiga favela de Buenos Aires, com quase 90 anos.

A educação argentina ainda mantém um bom nível comparada aos vizinhos, mas perdeu a vantagem que tinha, avalia o professor Axel Rivas, diretor da escola de Educação da Universidade San Andrés. Nos anos 60, o país superava a todos em quantidade de anos na escola entre os maiores de 25 anos. Em 2010, foi ultrapassada pelo Chile.

Questionado sobre a diferença entre os governos de Cristina Kirchner e o de Mauricio Macri, Rivas diz que o modelo peronista investia mais, mas “rezava” para dar resultado. O governo atual fez o contrário: propôs grandes mudanças e cortou investimentos.

Em 2018, o investimento em educação foi o menor da década: 5,1% do PIB, sendo que a lei determina gastos de 6% do PIB. Deste montante, 70% foi para a educação universitária, em gastos com infraestrutura e salários. Mas, mesmo privilegiado na distribuição de recurso, o ensino superior dá sinal de recuos.

O último ranking da consultoria QS indicou que 63% das universidades pioraram de posição em relação ao ano anterior. O aumento da pobreza, que atinge 35,4% da população, segundo a Universidade Católica Argentina, é um dos fatores que afetam a qualidade da educação.

Segundo Manuel Álvarez Trongé, um dos maiores especialistas em educação do país, a pobreza afeta metade das crianças em idade escolar. Isso faz com que hoje 40% tenham problema de nutrição. Embora tenha havido evolução no ensino primário, metade dos estudantes não terminam o ensino médio.

Embora a Argentina ainda seja referência regional em termos de acesso universal e gratuito à educação, há diferença de aproveitamento escolar segundo a classe social. Entre os mais pobres, 90% não resolvem um problema simples e 60% não compreendem textos. “Nossos problemas são como um iceberg, em que a inflação está na ponta. Ainda há muitos escondidos. É claro que crise afeta a educação”, afirma Álvarez.

[topo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO&TRIBUTOS

Advogados enfrentam mercado em queda e alta concorrência

OAB prevê que área estará saturada em um curto espaço de tempo

Uma questão preocupa a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): o grande número de profissionais e estudantes em um mercado que passou a encolher nos últimos anos, principalmente com o uso da tecnologia. Até o mesmo período, 121 cursos haviam sido autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), com potencial de abrir 14.891 vagas.

Os dados preocupam estudiosos e entidades de classe, pois além dos profissionais ativos, há um número gigantesco de formandos que chega ao mercado anualmente. O último censo divulgado pelo MEC indica que em 2017 existiam 879.234 matriculados em cursos de direito - do primeiro ao quinto ano.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2019/10/25/advogados-enfrentam-mercado-em-queda-e-alta-concorrencia.ghtml>

topo ↕

MEIO NORTE - PI - THERESINA

Número de doutorados triplica em 6 anos

Em 2013, a Universidade Federal do Piauí, a maior instituição de ensino superior público do estado, ofertava somente 6 doutorados, número que saltou para 19 após seis anos

O campo da pesquisa no Piauí tem avançado bastante nos últimos anos. Em 48 anos de existência, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) teve um salto significativo e hoje oferece 84 cursos presenciais, 46 pós-graduações em nível de mestrado e 19 doutorados. Em 2013, a maior instituição de ensino superior público do estado ofertava somente 6 doutorados, esse número triplicou em seis anos.

Na **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, a universidade tem dois doutorados com nota 5 na Avaliação Quadrienal da **CAPES** e a maioria possui conceito 4. Os PPG se distribuem em notas 3 (regular), 4 (bom) e 5 (muito bom), e destes últimos se destacam programas excelentes, com notas 6 e 7, que constituem referências para as áreas. Essas notas são importantes para alcançar a aprovação de projetos e recursos aos pesquisadores.

A pós-graduação na UFPI teve início ainda na década de 1990. Já o primeiro doutorado surgiu em 2006, por intermédio do crescimento no número de pós nas diversas áreas do ensino.

“E com perspectivas de crescimento de outros programas de pós, isso também tem credenciado a Universidade a oferecer essa modalidade de ensino para outras instituições de outros estados, o que já é um diferencial da UFPI”, disse Nadir Nogueira, vice-reitora da UFPI.

A constatação da vice-reitora confirma o avanço da pesquisa em linhas estratégicas para o desenvolvimento do ensino público do estado e no constante aprimoramento de políticas incentivadoras aos pesquisadores.

“Há um trabalho conjunto da administração superior junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e, dentre eles, destacamos uma política de bolsas em que o pesquisador é remunerado e pode também concorrer a editais para publicações em revistas e demais plataformas”, explica.

Ela também destaca que a nova condição de professores-visitantes tem promovido um crescimento na realização de várias ações dos professores, que têm contribuído para alavancar a pós no estado, posicionando a Universidade no cenário de competitividade.

Na perspectiva dos cortes, Nadir Nogueira relata que o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a CAPS conseguiram reverter determinadas quantidades de bolsas e recursos, mesmo com a sinalização de que os programas com nota 3 seriam fechados.

“Com a liberação do recurso e crescimento do orçamento da arrecadação do país, foi revertido o que estava contingenciado em algumas bolsas, elas voltaram, e isso vai nos dar perspectivas de continuar com as pesquisas, possibilitando o sonho de muitos jovens”, disse.

topo ↕

O LIBERAL - PA - BERNARDINO SANTOS

Vitrine

O professor-doutor Emame Chaves falou, em Madri, sobre o amor em tempos de Biopolítica, a partir de um texto de Nietzsche, num congresso dedicado ao filósofo.

Como não podia perder a oportunidade, manifestou-se contra a fusão da **Capes** com o Cnpq.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Produção científica da UFRN tem destaque em avaliação de pesquisas

“Nãoadianta produzir, tem de publicar”. Comum no ambiente acadêmico desde os bancos da graduação, essa frase se torna ainda mais presente nos cursos de pós-graduação das universidades, nos quais as pesquisas geram resultados importantes e que, portanto, merecem ampla divulgação para conhecimento da comunidade. As revistas científicas entram nesse contexto com o papel de compartilhar as produções dos pesquisadores em âmbito nacional e internacional, como forma de contribuir para as cooperações e o aproveitamento dos estudos no desenvolvimento de novas soluções.

Entre as milhares de publicações, algumas se destacam pela repercussão gerada na comunidade científica, que pode ser medida a partir da quantidade de citações em trabalhos de outros pesquisadores. A avaliação se estende às instituições nas quais as pesquisas foram desenvolvidas, de modo a identificar os lugares onde existem as produções de qualidade com maior impacto científico. Nesse quesito, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) assume a 13ª colocação entre as universidades brasileiras, conforme o relatório Research in Brazil: Funding Excellence, elaborado pela empresa Clarivate Analytics, que analisa a qualidade das publicações nas principais revistas científicas do mundo.

O levantamento levou em consideração a produção científica nacional entre 2013 e 2018 e foi realizado a pedido da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC). Em relação à UFRN, a produção está acima da média nacional nas áreas de Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Engenharias e Ciências Exatas e da Terra, com esta última também destacada nos índices de impacto de citações superiores em 43% à média internacional. De acordo com a pró-reitora de pesquisa da UFRN, Sibeles Pergher, o resultado advém do trabalho de grupos de excelência existentes na universidade cujas pesquisas de alta qualidade alcançam relevância internacional. A pró-reitora adjunta de Pesquisa, Elaine Gavioli, ressalta que a qualidade é mais importante que a quantidade, “pois significa visibilidade, interesse naquela informação produzida para aplicação”.

As publicações científicas estão concentradas principalmente nos programas de pós-

graduação da universidade, nos quais grande parte das pesquisas é desenvolvida. Segundo o pró-reitor de Pós-Graduação da UFRN, Rubens Maribondo, o alto impacto contribui para a cooperação internacional, já que a instituição passa a ser referência em algumas áreas de conhecimento, assim como facilita a aprovação junto a órgãos de fomento nacional e internacional dos projetos de pesquisa nas áreas de destaque. Atualmente a UFRN dispõe de 93 programas de pós-graduação, que representam 132 cursos. Destes, 42 possuem doutorado. Para o reitor da UFRN, José Daniel Diniz Melo, o destaque da universidade reflete o esforço do planejamento institucional no apoio às pesquisas. “Isso tem feito com que a instituição tenha crescido em número de publicações e na qualidade destas, além do fortalecimento da atividade de inovação, que também é marca importante da UFRN em nível nacional”, adiciona.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro estuda reestruturar Inpe, órgão que monitora a Amazônia Diretor interino propõe redução de 15 para 4 coordenações; área que cuida de monitoramento de desmate pode ser reduzida

SÃO PAULO - O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) está estudando uma reestruturação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que esteve no centro de ataques do presidente Jair Bolsonaro no final de julho após virem à tona dados que indicavam uma alta de desmatamento da Amazônia.

Na semana passada, o diretor interino Darcton Policarpo Damião, que assumiu o posto após a exoneração de Ricardo Galvão, apresentou aos servidores uma proposta que modifica o funcionamento do instituto. Das 15 coordenações existentes hoje, que respondem diretamente à direção, Damião quer apenas quatro coordenações gerais, que responderiam pelos temas: ambiente, espaço e tempo e clima.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que hoje é um órgão independente, seria incorporado ao Inpe. Junto com a coordenação de Observação da Terra (responsável pelo monitoramento por satélite do desmatamento) e o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (Cptec), passaria a compor a nova Coordenação Geral de Monitoramento, Modelagem e Análise.

Servidores ouvidos pelo Estado em condições de anonimato disseram que não foram dadas explicações sobre como a nova estrutura funcionaria. Na reunião, cujo áudio a reportagem teve acesso, Damião disse que recebeu uma incumbência do ministro Marcos Pontes para fazer a reestruturação e indicou que ela já foi aprovada.

“Eu tive o sinal verde para falar sobre isso. Tenho convicção plena de que (a mudança) é para bem melhor”, disse. “O ministro queria uma mudança, entreguei em três semanas [...] Missão dada é missão cumprida”, afirmou.

O Estado apurou que os funcionários foram convocados apenas uma hora antes da reunião para ouvirem uma “mensagem importante” do diretor. Damião disse que nos cerca de dois meses no cargo se deparou com problemas de gestão. “Devemos ser gestores antes de serem cientistas”, afirmou, comparando a estrutura do Inpe aos 39 ministérios da gestão Dilma Rousseff. “O mês só tem 22 dias úteis, tinha ministro que nunca via o presidente.”

O diretor interino ainda relatou que observou nesse período uma “defesa de territórios

que é pernicioso para a organização como um todo". Segundo ele, isso "às vezes funciona bem para o dono do feudo, para a turma. Mas vai além da necessidade de cooperação para a missão ser cumprida".

Representantes do Comitê Técnico Científico, colegiado consultivo do Inpe, questionam o fato de a proposta ser apresentada antes mesmo da escolha de um novo diretor permanente do Inpe. O grupo vinha trabalhando na sucessão desde que a crise com o órgão resultou na exoneração de Galvão.

O pesquisador deixou o cargo depois de algumas semanas de desgaste com o presidente Jair Bolsonaro, que disse que dados sobre desmatamento eram mentirosos e que Galvão "estaria a serviço de alguma ONG". Galvão reagiu e disse, em entrevista ao Estado, que atitude de Bolsonaro era "pusilânime e covarde".

Pelo regimento do Inpe, tem de ser formado um comitê de busca, que vai indicar uma lista tríplice para a escolha de um novo diretor por parte de Pontes. O conselho havia solicitado formalmente ao MCTIC a instalação desse comitê e aguardava os próximos passos. A apresentação da proposta de reestruturação "caiu como uma bomba" no grupo, conforme o Estado apurou, por não ter sido nem sequer consultado sobre as mudanças.

Os membros do próprio Inpe que compõem o comitê (formado também por mais seis pessoas de fora do instituto e dirigido pelo diretor) optaram por nem entrar no mérito da proposta em si por entenderem que "existe um erro que a antecede".

"Como diretor interino, portanto provisório, ele (Damião) tem a missão de tocar o instituto enquanto o comitê faz a busca. Como nessa condição interina ela passa menos de dois meses, num órgão tão complexo, e propõe ou impõe uma reforma tão complexa que vira de cabeça pra baixo o Inpe?", questionam. Eles dizem que a sucessão é prioritária e que só um diretor efetivo, escolhido de lista triplíce, poderia iniciar uma reestruturação.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial criticou a proposta. "Tem muitas áreas no Inpe que estão abandonadas, que precisam de reestruturação. E eles vão reestruturar justamente a que dá mais certo, que tem mais protagonismo e tem maior influência sobre a opinião pública e no meio científico. Não é estranho isso?", aponta o órgão, comentando as mudanças que envolvem a área de monitoramento.

Em nota, o ministério disse que "a reestruturação do Inpe é um estudo em andamento, em que estão sendo levantados todos os dados e um diagnóstico sobre o aumento de eficiência e eficácia do instituto". A pasta informou ainda que "como está na fase inicial, não é correto afirmar absolutamente nada sobre a modificação da estrutura sem esse levantamento. Após a elaboração do estudo, o MCTIC analisará o que será apresentado".

O ministério também disse que "o Inpe tem relevante trabalho para o País e referência para o mundo em projetos e ações em pesquisa espacial, além de outras iniciativas" e que o "objetivo de uma possível reestruturação será otimizar processos e reduzir o tempo de resposta para a sociedade".

Damião foi procurado pela reportagem, mas a assessoria de imprensa do Inpe afirmou que ele está viajando e só falará sobre a proposta na sua volta, no dia 29. Ministro também é contra fusão de **Capes** e CNPq

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse na semana passada ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. Pela proposta em estudo no governo federal, as duas agências ficariam sob poder do Ministério da Educação.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

topo ↕

CULTIVAR - NOTÍCIAS

Embrapa defende investimento em pesquisa pública

O presidente em exercício da Embrapa, Cleber Soares, defendeu, nesta quarta-feira (23), na Câmara dos Deputados, mais recursos para a pesquisa pública. Ele participou de audiência pública promovida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que tratou do tema “Impacto da Ciência e da Tecnologia na Economia do País”. Também estiveram presentes representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, do Ministério da Economia, da Academia Brasileira de Ciência (ABC), do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os participantes reconheceram que ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o país avançar. O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) presidiu a audiência. Segundo ele é preciso compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz com discurso, mas com recursos garantidos no orçamento para 2020.

“A Embrapa é uma empresa de prestígio internacional, mas se você observa o seu orçamento, verifica que não é suficiente. Por isso estamos hoje nesta reunião. Temos de ser criativos para conseguir descontingenciar os recursos da ciência e da educação”, afirmou o senador.

Cleber, diretor-executivo de Inovação e Tecnologia da Empresa, participou da audiência substituindo o presidente Celso Moretti que encontra-se em viagem a trabalho no exterior. Ele destacou a importância do orçamento para a pesquisa pública, pois é o que garantirá a continuidade de ações onde a iniciativa privada não atua. Para ele, o investimento em ciência, tecnologia e inovação é tão vital que é impossível o cidadão brasileiro não consumir, por dia, pelo menos um produto gerado pela tecnologia das ciências agrárias. “Ao acordar, ao tomar um copo de leite, uma xícara de café, ao comer um pão, há tecnologia das ciências agrárias. Até mesmo na cerveja, por meio da pesquisa com a cevada”, destacou o presidente em exercício da Embrapa.

Durante o evento, demonstrou preocupação com o decréscimo dos valores da Embrapa

em 50% para o PPA (Plano Plurianual – 2021-2023). “Há uma previsão de decréscimo em 50% no nosso marco referencial monetário para despesas de custeio. Precisamos repor este orçamento”, destacou. Ele também falou sobre a importância de se recompor os valores das despesas da Embrapa com ações orçamentárias da PLOA 2020 para Pesquisa e Desenvolvimento, Transferência de Tecnologias e Modernização da Infraestrutura. “Precisamos de um acréscimo de R\$ 226 milhões, senão vamos passar por situações muito difíceis”, declarou.

Contribuições da ciência para o agronegócio

Como exemplo clássico da contribuição da ciência para o agronegócio, Cleber Soares destacou a região central do Brasil, considerada terra inviável para a produção. “A tecnologia viabilizou a agricultura no Cerrado e graças a isso temos hoje uma agricultura competitiva no mundo”, destacou.

O presidente em exercício citou também a participação da pesquisa pública na transformação do semiárido brasileiro. Hoje o Vale do São Francisco é um grande exportador de frutas e gerador de produtos com alto valor agregado como vinhos e sucos também destinados à exportação.

“O Brasil é referência mundial em sistemas integrados de produção, sendo capaz de produzir de forma integrada pastos, grãos, carne, leite e floresta. “Recuperamos hoje mais de 15 milhões de hectares com áreas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta – o ILPF” exemplificou. Cleber lembrou que com o apoio da ciência o Brasil saiu de um modelo de monocultura agrícola, praticado em meados dos anos de 1990, para os atuais modelos de sistemas integrados, que garantem produtividade com sustentabilidade. “E já estamos entrando na era da agricultura de base biológica”, complementou.

Lançamento do genoma de ferrugem da soja

Entre os destaques recentes apresentados pelo diretor está o genoma da ferrugem da soja, no qual a Embrapa participa de um consórcio internacional de 12 instituições do setor público-privado que decifrou o genoma do fungo causador da ferrugem asiática da soja, uma doença que leva a perdas de 90% da lavoura se não for controlada.

Também citou o uso da nanotecnologia para a cobertura e a conservação dos alimentos, o aumento do tempo de vida de prateleira do coco, com tecnologias que garantem sua resistência durante 2 meses, o que permitiu o aumento das exportações da fruta em 2018. Outro destaque foram as novas perspectivas para o mercado das pulses (feijão, ervilha, lentilha e grão-de-bico). “Importávamos até 2017, 80% do grão de bico consumido no país, hoje reduzimos consideravelmente este índice de dependência do exterior, ampliando nossas áreas de produção e gerando mais renda para o produtor rural”, exemplificou.

O inoculante microbiológico Aprinza para a fixação biológica do nitrogênio na cana-de-açúcar é responsável pelo aumento da produtividade da cana-de-açúcar em até 18% e é resultado da parceria público-privada Embrapa e Basf. Outra parceria público-privada apresentada foi Embrapa e Corteva para pesquisas em edição de genoma.

O presidente em exercício ressaltou a importância das parcerias público-privadas, lembrando a relação da Embrapa com a Organização das Cooperativas do Brasil – a OCB que permite um relacionamento da Empresa com um amplo leque de cooperativas

agropecuárias. Pontes para a Inovação, Ideas for Milk, InovaPork, Open Innovation para startups, Avança Café e Ideas for Farma também foram apresentadas pelo presidente em exercício como iniciativas da Embrapa de fomento à inovação que buscam fortalecer as parcerias público-privadas.

Por fim, o gestor reconheceu o empenho e dedicação do Congresso ao longo dos anos em valorizar o investimento em pesquisa pública e pediu apoio do Congresso para reposição no orçamento de 2020. “Transformações da tecnologia são cada vez mais responsáveis pelas transformações da sociedade. Elas geram riqueza, renda, qualidade de vida para todos nós. O Brasil precisa continuar investindo em ciência”, disse.

Participaram da audiência pública o secretário de Empreendedorismo e Inovação substituto, Jorge Mário Campagnolo, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); o diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura, do Ministério da Economia, Zarak de Oliveira Ferreira, o representante da Academia Brasileira de Ciência, Virgílio Augusto Fernandes Almeida; a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, e Antônio José Roque da Silva, diretor-geral do Centro Nacional do Centro de Pesquisa em Energia e Materiais.

Para Jorge Mário Campagnolo, do MCTIC, inovação é um caminho sem volta e é fundamental para a competitividade do país. Ele lembrou que atualmente 70% dos recursos do Fundo Nacional de Ciência e Pesquisa encontram-se contingenciados. “O projeto de pesquisa não pode parar, é preciso sequencia, equipes formadas e qualificadas”, afirmou.

Por sua vez, o representante da ABC, Virgílio Augusto Fernandes Almeida, enfatizou que todas as economias desenvolvidas do mundo avançaram com investimentos permanentes e significativos em ciência e tecnologia. “Esses investimentos, além de gerarem desenvolvimento econômico, geram novos postos de trabalho bem remunerados. Por isso, é essencial que tenhamos aqui empresas avançadas com base tecnológica. A rapidez do desenvolvimento tecnológico tem sido cada vez maior, com a automação, a agricultura 4.0, entre outros”, afirmou. Ele defendeu o CNPq e Capes como agências fundamentais para o desenvolvimento da ciência brasileira e o seu futuro. “A ciência pode e deve colaborar com os grandes desafios do país”, destacou.

Vários deputados e senadores também estiveram presentes ao debate, entre eles o presidente da Comissão de Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB/PI), os deputados federais Domingos Neto (PSD/CE), relator geral do orçamento; Cacá Leão (PP/BA), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2020); Alessandro Molon (PSB/RJ); André Figueiredo (PDT/CE); Darcísio Perondi (MDB/RS) e o senador Vanderlan Cardoso (PP/GO).

“A defesa da Ciência e da Tecnologia para o futuro do Brasil une todo o Congresso Nacional. Criaremos um cinturão em torno do orçamento de C&T nesse país. A ciência é motivo de união do Brasil”, disse o deputado Alessandro Molon, durante sua participação na audiência. Esta não foi a primeira audiência pública para discutir o orçamento de empresas públicas de pesquisa. No dia 26/09, a Embrapa participou da audiência pública intitulada “Agricultura movida a ciência e as contribuições da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento da agricultura e para o crescimento

econômico brasileiro”, de iniciativa da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

topo ↕

EDUCA MAIS BRASIL - TEMPO REAL

Doutorado sanduíche no Canadá: Capes prorroga inscrições para seleção de projetos

Pesquisadores selecionados com apoio financeiro da Capes

As inscrições para o doutorado sanduíche no Canadá foram prorrogadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capes**). Agora, os interessados em realizar projetos de pesquisas em conjunto com o país têm até o dia 26 de novembro para realizar a inscrição no site da **Capes**. Para submeter o projeto é necessário estar matriculado no programa de pós-graduação da instituição principal ou associada brasileira participante do projeto.

Serão selecionados 10 projetos conjuntos de pesquisas. O edital do programa prevê a distribuição de R\$ R\$ 229,9 mil por ano para cada projeto. Desse total, R\$ 70,3 mil deverá ser destinado a missões de trabalho, R\$ 10 mil para manutenção do projeto e R\$ 149,6 mil para bolsas. Os pesquisadores terão acesso ao apoio financeiro ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

O que é doutorado sanduíche?

O doutorado sanduíche é uma modalidade de pós-graduação stricto sensu que possibilita ao pesquisador realizar uma parte do seu projeto em uma universidade do exterior ou do Brasil. Dessa forma, será possível usufruir da infraestrutura, laboratórios e apoio acadêmico de outras instituições, tendo a possibilidade de enriquecer o seu projeto. No doutorado e mestrado sanduíche é necessário que o pesquisador retorne a sua universidade para finalizar o projeto. O projeto deve ser defendido e entregue na instituição de origem.

Fonte: E+B Educação |

topo ↕

HOJE ES - TEMPO REAL

Debatedores defendem investimento em ciência e tecnologia para garantir retomada econômica

Representantes do setor de pesquisa em ciência e tecnologia do governo e da iniciativa privada defenderam a manutenção de recursos para o setor como mecanismo para retomada econômica. Eles participaram de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o tema na quarta-feira (23). O representante do Ministério da Economia, por sua vez, disse ser difícil investir com o Orçamento atual “engessado” por despesas obrigatórias.

O diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Jorge Mario Campagnolo, afirmou que é essencial um financiamento estável para o setor para que as pesquisas sejam mantidas. Ele defendeu o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento federal do setor.

— Estamos com mais de 70% do fundo contingenciado e isso praticamente inviabiliza todos os investimentos — disse.

Em 2018, o fundo foi contemplado com R\$ 3,2 bilhões na lei orçamentária, mas apenas R\$ 951 milhões (29% do total) foram empenhados ao longo do ano.

Coordenação

Segundo o chefe do projeto de construção do acelerador de partículas Sirius, Antônio José da Silva, a coordenação de projetos de ciência e tecnologia pode ser a chave para garantir recursos para a área. Ele sugeriu que o MCT seja o responsável por controlar os trabalhos.

— Se cada um olha separadamente para seu orçamento, é cada um puxando para um lado. Se soma esses esforços, você consegue atingir esses valores — afirmou.

A diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, defendeu a subvenção econômica como essencial para alavancar investimento privado.

Descontingenciar

Zarak Ferreira, representante do Ministério da Economia, disse, porém, que há dificuldade em viabilizar os recursos por causa do “engessamento” com as despesas obrigatórias, que devem chegar a 94% do orçamento federal em 2020, de acordo com a proposta orçamentária (PLN 22/2019). Ele afirmou que até o final do ano a verba do setor deve ser toda liberada, graças aos recursos da cessão onerosa, do excedente dos barris do pré-sal.

— Quanto a 2020, é bom deixar claro que a ciência e tecnologia é uma das prioridades do governo— disse.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que pediu a audiência, é importante o debate na CMO pois é o local de definição para onde vão os recursos federais a cada ano.

— Temos de compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz só com discurso, mas com recurso.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou defender o orçamento da ciência e tecnologia é uma pauta capaz de unir situação e oposição.

— Não é contra o governo, é para o bem do país. Ciência e tecnologia é a saída para o Brasil.

Capex e CNPq

Tanto Molon como Izalci criticaram a ideia de fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Segundo Molon, a ideia tem sido discutida pelo Executivo e gera uma “preocupação desnecessária” para pesquisadores brasileiros, que já tem de lidar com poucos recursos.

Da Agência Câmara Notícias

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↗

JORNAL DO SENADO - CONGRESSO

Debatedores defendem investimento em tecnologia para garantir crescimento

Representantes do setor de pesquisa em ciência e tecnologia do governo e da iniciativa privada defenderam a manutenção de recursos para o setor como mecanismo para retomada econômica. Eles participaram de audiência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quarta-feira. O diretor do Departamento de Programas da Área Econômica e de Infraestrutura do Ministério da Economia, Zarak Ferreira, por sua vez, disse ser difícil investir com o Orçamento atual "engessado" por despesas obrigatórias.

O diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI), Jorge Mario Campagnolo, defendeu o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 2018, o fundo foi contemplado com R\$ 3,2 bilhões na lei orçamentária, mas apenas R\$ 951 milhões (29% do total) foram empenhados ao longo do ano.

Segundo o chefe do projeto de construção do acelerador de partículas Sirius, Roque da Silva, a coordenação de projetos de tecnologia pode ser a chave para garantir recursos para a área. Ele sugeriu que o ministério seja o responsável por controlar os trabalhos.

— Se cada um olha separadamente, é cada um puxando para um lado. Se soma esses esforços, você consegue atingir esses valores — afirmou.

A diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, defendeu a subvenção como essencial para alavancar investimento privado.

Para Izalci Lucas (PSDB-DF), é importante o debate na CMO pois é onde se define para onde vão os recursos federais a cada ano. — Temos de compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz só com discurso, mas com recurso.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou defender o orçamento da ciência e tecnologia é uma pauta capaz de unir situação e oposição.

— Não é contra o governo, é para o bem do país. Ciência e tecnologia é a saída.

Tanto Molon como Izalci criticaram a ideia de fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao MCTI. Segundo Molon, a ideia tem sido discutida pelo Executivo e gera uma "preocupação desnecessária" para pesquisadores brasileiros, que já tem de lidar com poucos recursos.

Da Agência Câmara

topo ↗

O DOCUMENTO - MT - TEMPO REAL

Debatedores defendem investimento em ciência e tecnologia para garantir retomada econômica

por Da Redação

Representantes do setor de pesquisa em ciência e tecnologia do governo e da iniciativa

privada defenderam a manutenção de recursos para o setor como mecanismo para retomada econômica. Eles participaram de audiência pública da Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o tema na quarta-feira (23). O representante do Ministério da Economia, por sua vez, disse ser difícil investir com o Orçamento atual “engessado” por despesas obrigatórias.

O diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Jorge Mario Campagnolo, afirmou que é essencial um financiamento estável para o setor para que as pesquisas sejam mantidas. Ele defendeu o descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), principal fonte de financiamento federal do setor.

— Estamos com mais de 70% do fundo contingenciado e isso praticamente inviabiliza todos os investimentos — disse.

Em 2018, o fundo foi contemplado com R\$ 3,2 bilhões na lei orçamentária, mas apenas R\$ 951 milhões (29% do total) foram empenhados ao longo do ano.
Coordenação

Segundo o chefe do projeto de construção do acelerador de partículas Sirius, Antônio José da Silva, a coordenação de projetos de ciência e tecnologia pode ser a chave para garantir recursos para a área. Ele sugeriu que o MCT seja o responsável por controlar os trabalhos.

Leia Também: Alvaro Dias destaca prioridades do Congresso para segundo semestre

— Se cada um olha separadamente para seu orçamento, é cada um puxando para um lado. Se soma esses esforços, você consegue atingir esses valores — afirmou.

A diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Sagazio, defendeu a subvenção econômica como essencial para alavancar investimento privado.
Descontingenciar

Zarak Ferreira, representante do Ministério da Economia, disse, porém, que há dificuldade em viabilizar os recursos por causa do “engessamento” com as despesas obrigatórias, que devem chegar a 94% do orçamento federal em 2020, de acordo com a proposta orçamentária (PLN 22/2019). Ele afirmou que até o final do ano a verba do setor deve ser toda liberada, graças aos recursos da cessão onerosa, do excedente dos barris do pré-sal.

— Quanto a 2020, é bom deixar claro que a ciência e tecnologia é uma das prioridades do governo — disse.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que pediu a audiência, é importante o debate na CMO pois é o local de definição para onde vão os recursos federais a cada ano.

— Temos de compatibilizar o discurso com o recurso, porque educação, ciência e tecnologia não se faz só com discurso, mas com recurso.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou defender o orçamento da ciência e tecnologia é uma pauta capaz de unir situação e oposição.

— Não é contra o governo, é para o bem do país. Ciência e tecnologia é a saída para o Brasil.

Capex e CNPq

Tanto Molon como Izalci criticaram a ideia de fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. Segundo Molon, a ideia tem sido discutida pelo Executivo e gera uma “preocupação desnecessária” para pesquisadores brasileiros, que já tem de lidar com poucos recursos.

Da Agência Câmara Notícias

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

QUERO BOLSA - TEMPO REAL

Avaliação de cursos de pós-graduação deve mudar nos próximos anos

O sistema que avalia os cursos de pós-graduação no Brasil deve ser alterado nos próximos anos, ampliando os indicadores que ajudam a realizar sua análise. É o que aponta a **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, responsável pela fiscalização tanto dos mestrados, quanto dos doutorados.

Devem ser inclusos fatores como impacto social, interação com o setor produtivo regional e vocação de cada produto. Além disso, a escala de notas dadas a cada pós também deve ser mudada.

De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, o governo brasileiro está planejando realizar todas as alterações até o final de 2020 para que as novas análises sejam implementadas a partir de 2021, quando se inicia um novo ciclo após quatro anos.

As discussões sobre as mudanças se iniciou em 2017 e engloba os programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Hoje os cursos são avaliados de acordo com o desempenho dos indicadores formação e pesquisa (sendo esse último o de maior peso).

Além disso, a **Capex** anunciou a criação de nove novos grupos de trabalho para melhorar o sistema. São eles: Revisão da Ficha de Avaliação, Autoavaliação, Classificação de Livros, Internacionalização, Impacto e Relevância Econômica e Social, Inovação e Transferência de Conhecimento além dos Qualis de Periódicos Referência, Técnico/Tecnológico e Artístico, Cultural e Classificação de Eventos.

Mudanças na avaliação

Segundo a **Capex**, a reformulação tem por objetivo garantir que a avaliação mostre um panorama mais amplo dos pontos fortes de cada programa e das áreas que ainda precisam de melhorias.

"Com a avaliação, vamos incentivar que a pesquisa tenha maior impacto na sociedade, na indústria, estaremos em busca de uma pesquisa mais relevante", diz **Anderson Ribeiro Correia**, presidente da **Capex**.

O órgão também afirma que a nova análise servirá para medir o impacto científico, social e econômico das pesquisas. As novas dimensões devem ser: Formação, Pesquisa, Transferência de Conhecimento/Inovação, Internacionalização/Inserção Regional e Impacto na Sociedade. Cada uma delas deve mostrar o engajamento regional das pesquisas, a evolução salarial do egresso, criação de empresas e projetos de extensão universitária.

Alteração no sistema de notas

O sistema de notas que avaliam os programas de pós-graduação deve ser alterado também. A escala de notas, que hoje vai de 1 a 7, sendo 3 o conceito mínimo para um programa ter o funcionamento autorizado, deve mudar para uma nota de 1 a 5, tendo cada uma das novas dimensões exigências mínimas em cada fator.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Governo Bolsonaro estuda reestruturar Inpe, órgão que monitora a Amazônia
Diretor interino propõe redução de 15 para 4 coordenações; área que cuida de monitoramento de desmate pode ser reduzida**

SÃO PAULO - O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTIC) está estudando uma reestruturação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão que esteve no centro de ataques do presidente Jair Bolsonaro no final de julho após virem à tona dados que indicavam uma alta de desmatamento da Amazônia.

Na semana passada, o diretor interino Darcton Policarpo Damiano, que assumiu o posto após a exoneração de Ricardo Galvão, apresentou aos servidores uma proposta que modifica o funcionamento do instituto. Das 15 coordenações existentes hoje, que respondem diretamente à direção, Damiano quer apenas quatro coordenações gerais, que responderiam pelos temas: ambiente, espaço e tempo e clima.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que hoje é um órgão independente, seria incorporado ao Inpe. Junto com a coordenação de Observação da Terra (responsável pelo monitoramento por satélite do desmatamento) e o Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (Cptec), passaria a compor a nova Coordenação Geral de Monitoramento, Modelagem e Análise.

Servidores ouvidos pelo Estado em condições de anonimato disseram que não foram dadas explicações sobre como a nova estrutura funcionaria. Na reunião, cujo áudio a reportagem teve acesso, Damiano disse que recebeu uma incumbência do ministro Marcos Pontes para fazer a reestruturação e indicou que ela já foi aprovada.

"Eu tive o sinal verde para falar sobre isso. Tenho convicção plena de que (a mudança) é para bem melhor", disse. "O ministro queria uma mudança, entreguei em três semanas [...] Missão dada é missão cumprida", afirmou.

O Estado apurou que os funcionários foram convocados apenas uma hora antes da reunião para ouvirem uma "mensagem importante" do diretor. Damiano disse que nos cerca de dois meses no cargo se deparou com problemas de gestão. "Devemos ser gestores antes de serem cientistas", afirmou, comparando a estrutura do Inpe aos 39 ministérios da gestão Dilma Rousseff. "O mês só tem 22 dias úteis, tinha ministro que nunca via o presidente."

O diretor interino ainda relatou que observou nesse período uma "defesa de territórios que é perniciososa para a organização como um todo". Segundo ele, isso "às vezes funciona bem para o dono do feudo, para a turma. Mas vai além da necessidade de cooperação para a missão ser cumprida".

Representantes do Comitê Técnico Científico, colegiado consultivo do Inpe, questionam o fato de a proposta ser apresentada antes mesmo da escolha de um novo diretor permanente do Inpe. O grupo vinha trabalhando na sucessão desde que a crise com o órgão resultou na exoneração de Galvão.

O pesquisador deixou o cargo depois de algumas semanas de desgaste com o presidente Jair Bolsonaro, que disse que dados sobre desmatamento eram mentirosos e que Galvão "estaria a serviço de alguma ONG". Galvão reagiu e disse, em entrevista ao Estado, que atitude de Bolsonaro era "pusilânime e covarde".

Pelo regimento do Inpe, tem de ser formado um comitê de busca, que vai indicar uma lista tríplice para a escolha de um novo diretor por parte de Pontes. O conselho havia solicitado formalmente ao MCTIC a instalação desse comitê e aguardava os próximos passos. A apresentação da proposta de reestruturação "caiu como uma bomba" no grupo, conforme o Estado apurou, por não ter sido nem sequer consultado sobre as mudanças.

Os membros do próprio Inpe que compõem o comitê (formado também por mais seis pessoas de fora do instituto e dirigido pelo diretor) optaram por nem entrar no mérito da proposta em si por entenderem que "existe um erro que a antecede".

"Como diretor interino, portanto provisório, ele (Damião) tem a missão de tocar o instituto enquanto o comitê faz a busca. Como nessa condição interina ela passa menos de dois meses, num órgão tão complexo, e propõe ou impõe uma reforma tão complexa que vira de cabeça pra baixo o Inpe?", questionam. Eles dizem que a sucessão é prioritária e que só um diretor efetivo, escolhido de lista triplice, poderia iniciar uma reestruturação.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial criticou a proposta. "Tem muitas áreas no Inpe que estão abandonadas, que precisam de reestruturação. E eles vão reestruturar justamente a que dá mais certo, que tem mais protagonismo e tem maior influência sobre a opinião pública e no meio científico. Não é estranho isso?", aponta o órgão, comentando as mudanças que envolvem a área de monitoramento.

Em nota, o ministério disse que "a reestruturação do Inpe é um estudo em andamento, em que estão sendo levantados todos os dados e um diagnóstico sobre o aumento de eficiência e eficácia do instituto". A pasta informou ainda que "como está na fase inicial, não é correto afirmar absolutamente nada sobre a modificação da estrutura sem esse levantamento. Após a elaboração do estudo, o MCTIC analisará o que será apresentado".

O ministério também disse que "o Inpe tem relevante trabalho para o País e referência para o mundo em projetos e ações em pesquisa espacial, além de outras iniciativas" e

que o "objetivo de uma possível reestruturação será otimizar processos e reduzir o tempo de resposta para a sociedade".

Damião foi procurado pela reportagem, mas a assessoria de imprensa do Inpe afirmou que ele está viajando e só falará sobre a proposta na sua volta, no dia 29. Ministro também é contra fusão de **Capes** e **CNPq**

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse na semana passada ser contra a fusão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgãos de desenvolvimento da ciência do País. Pela proposta em estudo no governo federal, as duas agências ficariam sob poder do Ministério da Educação.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o **CNPq** se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Prefeitos e governos divergem sobre fim de piso para educação e saúde Guedes estudar eliminar os patamares mínimos para alocação dos recursos nessas áreas

Governadores e prefeitos se dividem na opinião sobre a proposta do ministro da economia, Paulo Guedes, de estudar eliminar os patamares mínimos que estados e municípios devam aplicar de recursos para a educação e saúde.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), é a favor da mudança proposta pelo ministro. Leite ressalva, entretanto, que a medida não tem impacto tão expressivo na redução de despesas, já que parte significativa do orçamento dessas áreas é destinada ao custeio de pessoal. O gaúcho não pretende diminuir os gastos em saúde e educação porque considera as áreas "muito importantes".

Na capital do estado, o prefeito Nelson Marchezan Jr. (PSDB) pondera a proposta. "Se essa desvinculação desobrigar a União e o estado repassarem a verba, aí será um caos", opina. Porém, Marchezan acredita que se a medida permitir flexibilização na execução orçamentária do município, há vantagem.

Isso porque os principais gastos são com pagamento de pessoal, o que não garante necessariamente a entrega de serviços de educação e saúde de qualidade à população. Para ele, uma mudança mais efetiva seria permitir que a verba do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) fosse destinada para a contratação vagas na rede privada, por exemplo, em vez de custear a rede pública municipal.

Em Curitiba, o secretário de finanças, Vitor Puppi, diz ter receio sobre a proposta. Ele ressalta que, para cumprir a cota mínima de repasses para a saúde, por exemplo, muitos estados direcionam verbas para os municípios. "A primeira preocupação que vem é: como os municípios vão atingir os objetivos sem a obrigação dos estados"?

Segundo ele, os gastos com saúde aplicados pelas prefeituras vêm aumentando e, a maior parte das capitais, destina verba para a área além dos limites constitucionais. “Pouquíssimas capitais gastam menos do que 20% na saúde”, afirma.

Por outro lado, quanto à verba educacional, Puppi admite que a vinculação obrigatória não garante a qualidade no serviço público. “Por esse lado, a desobrigação não seria desastrosa, seria até bem-vinda”, diz. Ele lembra também que, com o envelhecimento da população, a tendência natural é de diminuição de gastos com a área, o que inviabilizaria a manutenção de um percentual mínimo de repasses.

O governo de Pernambuco, em nota, afirmou que a medida estudada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, seria inócua para o estado. “Em Pernambuco, o investimento na educação mobiliza 27% do orçamento e, na Saúde, 15,5%. Acima do previsto por lei”.

O governo do Paraná preferiu não se manifestar sobre a questão. O governo do Rio disse que irá aguardar a proposta ser oficializada por Guedes para se posicionar. Procurados, outros gestores não responderam, como os das prefeituras do Recife, Salvador, Belo Horizonte e Rio e os governos baiano e mineiro.

colaborou Diego Garcia, Fernanda Canofre e João Pedro Pitombo

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Volta de energia elétrica em escolas permite retorno de alunos a unidades de Itaquaquetuba

Uma parte era dispensada da aula mais cedo e outra foi transferida para unidade em Poá.

Alunos de duas escolas estaduais da Vila Ursulina, em Itaquaquetuba, voltaram a ter todas as aulas nos prédios das unidades.

Desde o fim de setembro, os alunos do período da tarde estavam sendo liberados mais cedo, antes de escurecer, e os da noite tiveram as aulas transferidas para Poá.

O que deixou a Escola Estadual Vereador Valter da Silva Costa e a Escola Estadual Vila Ursulina “no escuro” foi um furto da fiação elétrica.

Alunos e vizinhos querem que as escolas não tenham mais esse problema e esperam também por atenção com a iluminação do lado de fora, na rua das escolas.

A aluna Maria Eduarda de Oliveira Assunção, de 12 anos, comemorou o retorno das aulas. “Ela chegava mais cedo em casa e eu tinha que vir buscar. E por conta disso perdeu muita matéria e perde. Ela pede para a professora ensinar e ela diz que não vai dar mais essa matéria porque já deu. Foram mais de 2 semanas de aula. E não falaram se vai ter reposição”, reclama a mãe da menina, Fabiana de Oliveira Ferreira.

As aulas no período da noite também retornaram para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas duas escolas.

Já que há algumas semanas os estudantes precisavam ir para uma escola em Poá para estudar. “Uns foram de carro, uns foram a pé. Eu estava indo eu e um amigo meu a pé.

Falaram que na outra semana a gente já poderia voltar na nossa escola antiga já para ter aula. Todo mundo achou melhor porque é do lado de casa e não atrasa ninguém. Tomara que não aconteçam de novo essas coisas aí na escola, esses moleques que vêm roubar", afirma o estudante João Victor Matias de 18 anos.

Enquanto as escolas têm energia, na rua a realidade é outra. Se tem luz em um poste falta nos outros. E aí quem passa pela via fica inseguro. "A gente passa porque precisa, mas passa rapidinho. Se não tem ninguém, dá uma corridinha", observa a manicure Rose Ferreira.

A micropigmentadora Letícia Tavares toma alguns cuidados para andar pela rua escura. "Eu ando sem celular, sem nada mesmo. Porque eu já fui assaltada. Todo dia a gente passa aqui no mesmo horário e é sempre assim: nunca tem iluminação e não tem polícia perto."

A Prefeitura de Itaquaquecetuba informou que tem conhecimento da situação na rua e que está realizando a troca de todas as luminárias do local, substituindo as antigas por novas com lâmpadas mais potentes.

Segundo a Prefeitura, no caso das escolas estaduais, as rondas são de responsabilidade da Polícia Militar. O Diário TV pediu uma posição para a PM, mas ainda não recebeu resposta.

A Diretoria Regional de Ensino de Itaquaquecetuba informou que todo conteúdo pedagógico perdido vai ser repostado e que as unidades já estão realizando reuniões com a comunidade escolar para elaborar o cronograma de reposição.

A administração regional informou que está à disposição dos pais e responsáveis pelos alunos para quaisquer esclarecimentos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após interrupção de atividades no DF, colégio Alub deve entregar histórico escolar de alunos imediatamente

Mais de 3 mil estudantes foram prejudicados com suspensão das aulas. Rede passa por crise financeira desde o ano passado; MP investiga.

Por G1 DF e TV Globo

Após a interrupção das atividades de seis unidades do colégio Alub, no Distrito Federal, a rede se comprometeu a entregar imediatamente o histórico escolar dos estudantes, para que possam se matricular em outras escolas da capital.

A medida é uma das acordadas entre o colégio e o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), que passou a atuar na situação depois que pais e alunos tiveram prejuízos com o fechamento das escolas.

A interrupção das atividades foi causada por uma crise financeira enfrentada pela rede, que se agravou nas últimas semanas (entenda abaixo). Mais de 3 mil alunos foram prejudicados.

Na quarta-feira (23), o MPDFT realizou uma reunião com pais de estudantes afetados pela crise no Alub. O objetivo principal é minimizar os danos imediatos causados aos

alunos e garantir a transferências deles para outras escolas.

“Essa é a medida mais urgente. As investigações vão prosseguir e, conforme os elementos colhidos nessas apurações, os responsáveis pela Rede Alub poderão ser acionados nas esferas administrativa, cível e criminal pelos seus atos”, explica a promotora de Defesa da Educação Cátia Vergara.

Além da entrega dos históricos escolares, a rede também se comprometeu a não cobrar multa pelas rescisões de contratos com os pais. O Ministério Público e o Instituto de Defesa do Consumidor do DF (Procon) também preparam um termo de ajustamento de conduta para garantir os direitos dos afetados nos próximos meses.

Crise financeira

Os problemas do Alub começaram em abril do ano passado, após a prisão de um dos donos da rede, Arthur Mário Pinheiro Machado. Ele foi alvo da Operação Rizoma, um desdobramento da Lava Jato no Rio de Janeiro, que investigou fraudes em fundos de pensão de funcionários públicos.

Segundo as investigações, Arthur Machado pagava propina para representantes de fundos de pensão para que eles investissem nas empresas e fundos de investimentos do empresário.

Na última segunda-feira (21), ele foi novamente alvo da Polícia Federal, durante a operação Grand Bazaar, também em investigação de fraude em fundos de pensão.

Desde então, funcionários tem sofrido com corte de gastos e atraso de salários. Os professores da rede alegam que não recebem pagamento há três meses. No dia 15 de outubro, os educadores iniciaram uma paralisação e a rede anunciou a suspensão das aulas.

Segundo o Sindicato dos Professores das Escolas Particulares do DF, a dívida trabalhista já chega a R\$ 20 milhões.

"Está todo mundo em uma situação grave, assim como os alunos. Sem emprego, sem garantia de que vai receber o pagamento de salários. Ou seja, é uma irresponsabilidade por parte dos gestores", afirma Rodrigo de Paula, diretor do sindicato.

Situação irregular

Antes mesmo da suspensão das atividades, pelo menos duas unidades do Alub já funcionavam em situação irregular. Na unidade da Asa Norte, o credenciamento junto à Secretaria de Educação não foi renovado e só estava válido até 31 de julho deste ano.

Já na unidade do Gama, o credenciamento estava vencido desde julho de 2018. Nesses casos, a escola é obrigada por lei a informar os pais de alunos sobre a situação para que os estudantes possam ser transferidos a outros colégios.

O que diz o Alub

Na terça-feira (22), o advogado do Alub, João Bernardo Kappen, informou à reportagem que o colégio "ainda espera o desbloqueio da conta da instituição para o pagamento de salários dos funcionários e professores. Se conseguir reverter a decisão na justiça, o pagamento será feito imediatamente".

Transferências para outras escolas

Segundo a Secretaria de Educação do DF, mesmo que estejam com a documentação incompleta, alunos do Alub podem se matricular em outras escolas. Ainda de acordo com a pasta, a rede pública já tem recebido esses estudantes.

A diretora de supervisão institucional e normas de ensino do DF, Raphaella Cantarino, afirma que "não existe o risco de perda do ano letivo por falta de documentação".

"Toda escola, ao receber um aluno que não tenha documento ou esteja com a documentação incompleta, acaba fazendo a readequação à vida escolar, de acordo com o manual da Secretaria."

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola onde parte de teto desabou é interditada e 466 alunos serão realocados em Cabo Frio, no RJ

Estudantes da Escola Professora Marília Plaisant serão transferidos para unidades do bairro Jardim Esperança a partir de terça-feira (29), segundo a Secretaria de Educação.

Por G1 — Região dos Lagos

O prédio da Escola Municipal Professora Marília Plaisant, em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio, foi interditado pela Defesa Civil e Superintendência de Infraestrutura após parte do teto desabar na madrugada de quarta-feira (23).

Segundo a Secretaria de Educação, os 466 alunos da unidade serão realocados para outras escolas do bairro na próxima terça-feira (29).

A escola fica no bairro Jardim Esperança e as aulas foram suspensas. No momento em que a estrutura desabou não tinha ninguém na unidade, portanto não houve feridos.

O órgão informou que uma reunião foi realizada na tarde desta quinta-feira (24), entre os gestores e os diretores escolares, para acertar a distribuição dos estudantes.

Os estudantes serão transferidos para as seguintes unidades, segundo a secretaria: Escola Municipal Talita Hernandez Perelló, Escola Municipal Prof.^a Cláudia Muzio Freitas de Oliveira e Escola Municipal Maria Daria Saldanha.

O G1 quer saber como está a situação na sua escola! Goteiras, janelas ou portas quebradas, carteiras precárias, paredes descascadas, qual é a realidade que você enfrenta diariamente?

Envie fotos ou vídeos para o whatsapp do G1: (22) 98837-7821.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reforma da Previdência: veja as novas regras para a aposentadoria de professores

O texto criou novas regras para a aposentadoria, tanto para trabalhadores do sistema privado (INSS) quanto para servidores. No entanto, para professores essas regras são diferentes.

Está concluída a votação da reforma da Previdência, que passa a valer após a chamada promulgação. Trata-se de uma formalidade: o Congresso marca uma cerimônia para colocar em vigor a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), proposta que muda trechos da Constituição. Ao contrário de um projeto de lei, a PEC não precisa da sanção do presidente.

O texto criou novas regras para a aposentadoria, tanto para trabalhadores do sistema privado (INSS) quanto para servidores públicos. No entanto, para professores essas regras são diferentes.

Veja abaixo:

Idade e tempo mínimo de contribuição

Professor público: Idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição é de 25 anos, sendo 10 anos no serviço público e 5 no cargo em que for concedida a aposentadoria.

Professor privado: Idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição é de 25 anos.

Transição - INSS

Sistema de pontos

Tempo de contribuição e idade têm que somar 81 para as mulheres e 91 para homens, respeitando o tempo mínimo de contribuição (25 anos para homens e 30 anos para mulheres). A regra prevê um aumento de 1 ponto a cada ano.

Transição INSS – tempo de contribuição + idade

Nessa regra, quem completar um tempo mínimo de contribuição (30 anos para homens e 25 anos para mulheres) terá que cumprir a idade mínima de uma tabela, que começa em 51 anos para mulheres e 56 anos para homens, subindo meio ponto a cada ano até chegar a 57 anos para mulheres (2031) e 60 anos para homens (em 2027).

Transição – regra 50% INSS

Quem está a 2 anos de cumprir o tempo mínimo de contribuição (30 anos para homens e 25 anos para mulheres) poderá se aposentar sem a idade mínima pagando um pedágio de 50% do tempo que falta.

Transição – regra 100% pedágio (INSS e servidores)

Mulheres que têm 52 anos e homens que têm 55 anos podem se aposentar dobrando o tempo que faltaria para completar o tempo mínimo de contribuição (25 anos se mulher e 30 anos se homem), respeitando mínimo de 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

Transição - exclusiva para servidores

Tempo de contribuição e idade têm que somar 81 para as mulheres e 91 para homens, respeitando o tempo mínimo de contribuição (30 anos para homens e 25 anos para mulheres), incluindo mínimo de 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo.

A regra prevê um aumento de 1 ponto a cada ano, até chegar a 92 pontos para mulheres (2030) e 100 pontos para homens (2028).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Imagens revelam sucateamento de escolas públicas no interior do Rio Janelas, paredes e tetos quebrados, falta de tampas em vasos sanitários, fiações expostas e quadras de esportes danificadas fazem parte da realidade diária de centenas de alunos.

G1 — Cabo Frio

Janelas, paredes e tetos quebrados, falta de tampas em vasos sanitários, fiações expostas e quadras de esportes danificadas fazem parte da realidade diária de centenas de alunos de escolas públicas no interior do Rio.

As imagens foram enviadas ao G1 e mostram o sucateamento das unidades de ensino em Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Campos dos Goytacazes.

Cabo Frio

Um vídeo enviado ao G1 mostra as condições do banheiro masculino na Escola Américo Vespúcio, que fica no Parque Burle, em Cabo Frio, Região dos Lagos.

Nas imagens, é possível ver: fiação exposta, vasos sanitários sem tampas, sujeira, pichações nas paredes e falta de portas.

"Como você vê no vídeo o banheiro masculino não tem portas, os mictórios não tem descarga e tem um fio que sai do teto que está ativo ainda", disse o responsável pela imagem que preferiu não ser identificado.

Segundo ele, as salas estão com os vidros quebrados, o que facilita a entrada até de pombos, que deixam fezes por todas as partes, inclusive nos ventiladores. Além disso, há uma caixa de energia exposta e sem proteção.

"As paredes não são pintadas há anos. A quadra está sem nada. As balizas do gol, cesta de basquete foram retiradas e colocadas atrás da quadra. Estão enferrujadas e ficam expostas aos alunos. São muitos problemas estruturais", contou.

São Pedro da Aldeia

Registros da Escola Municipal Capitão Costa, no bairro Cruz, em São Pedro da Aldeia, mostram situação precária que os alunos enfrentam no dia a dia: paredes descascadas, portas, vidros e telhados quebrados.

O registro foi feito por um aluno que também preferiu não ser identificado. De acordo com o aluno, alguns estudantes chegam a se machucar na quadra da escola devido a falta de estrutura.

Colégio em São Pedro da Aldeia está com paredes, portas e janelas quebradas — Foto: Imagens enviadas ao G1
Colégio em São Pedro da Aldeia está com paredes, portas e janelas quebradas — Foto: Imagens enviadas ao G1

Colégio em São Pedro da Aldeia está com paredes, portas e janelas quebradas — Foto: Imagens enviadas ao G1

Além disso, a estrutura de uma das casas da escola está sem janelas e mofada.

O G1 também aguarda resposta sobre as denúncias da Prefeitura de São Pedro da Aldeia.

Iguaba Grande

A situação na Escola Municipal Terezinha Pedrosa não é diferente. Fotos revelam a falta de pintura nas paredes.

Os registros foram feitos por alunos e enviados ao G1 pelo funcionário, Waltemir Corrêa. Segundo ele, o local tem cerca de 500 alunos e está sem reforma há anos.

"Muro caído, ausência de quadro numa sala, cozinha com vários vazamentos...", contou.

Sobre as denúncias, a equipe de reportagem entrou em contato com a Prefeitura de Iguaba e aguarda retorno.

Campos dos Goytacazes

A situação da Escola Municipal Maria Lúcia, em Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, está com partes das paredes quebradas.

A imagem foi feita por uma mulher que estava passando em frente ao local e registrou a cena porque achou triste a situação.

O G1 também aguarda um posicionamento da Prefeitura de Campos.

Como está a estrutura da sua escola?

O G1 quer saber como está a estrutura da sua escola em cidades do interior do Rio.

Goteiras, janelas ou portas quebradas, carteiras precárias, paredes descascadas, qual é a realidade que você enfrenta diariamente?

Fotos ou vídeos devem ser enviados para o Whatsapp do G1: (22) 98837-7821.

* Estagiária sob a supervisão de Aline Rickly.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Professor é afastado de colégio militar após denúncia de que pediu nudes a estudante, em Anápolis

Seduc confirmou que o caso é investigado e que o profissional ficará afastado, pelo menos, até o fim da apuração.

G1 GO

Um professor do Colégio Estadual da Polícia Militar Arlindo Costa, em Anápolis, a 55 Km de Goiânia, foi afastado pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) após denúncia de que ele pediu “nudes” a um estudante.

Ao ser questionada sobre a denúncia, a Seduc informou que “foi aberto um processo na corregedoria contra o professor”, no entanto não informou em qual disciplina o profissional leciona e nem o nome dele. Sem a identificação, o G1 não teve como tentar acesso à defesa dele.

O caso ainda não é acompanhado oficialmente pelo Conselho Tutelar da cidade, mas de acordo com o conselheiro de plantão nesta quinta-feira (24), Lucas Soares, a equipe do órgão soube, por grupos de um aplicativo de mensagens, que o professor teria pedido a um aluno de 14 anos fotos nuas de meninas da turma do adolescente.

“Não fomos notificados oficialmente sobre o fato e nem de quando ocorreu. O que sabemos é o que está no grupo de WhatsApp, mas ainda dá para afirmar se foi o que aconteceu”, comentou o conselheiro.

Por conta do feriado estadual pelo lançamento da pedra fundamental de Goiânia, o colégio está fechado nesta quinta e também nesta sexta-feira.

Uma conselheira ficou de ir na escola segunda-feira para colher depoimentos e ver o que aconteceu”, disse Lucas

A Polícia Civil informou que não houve registro sobre o caso. Por conta do feriado, o G1 não conseguiu falar na escola e nem na coordenação regional de educação, responsável por Anápolis.

Sobre o afastamento do professor, a Seduc comunicou que “seguindo os procedimentos, o profissional foi afastado do colégio até que seja finalizada a apuração”.

A nota informa ainda que a “corregedoria da Seduc está finalizando esse trabalho, após ir na coordenação regional de Anápolis ouvir todas as partes e ocorrer a juntada de mais documentos na investigação”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFMG recebe R\$ 24 milhões da verba que Governo Federal havia bloqueado MEC desbloqueou última parcela do orçamento para 2019. Universidade agora aguarda definição para 2020.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) recebeu nesta semana R\$ 24,3 milhões da verba que havia sido bloqueada pelo Governo Federal em maio deste ano. Esta foi a última parcela descontingenciada para as universidades federais do país.

De acordo com a federal de Minas, a liberação de parcela do orçamento de custeio permitirá o pagamento de contas das concessionárias de água, energia e telefonia, das bolsas financiadas com verba própria para extensão, graduação e assistência estudantil, dos contratos de terceirizados e das demais despesas referentes à manutenção da instituição.

Após o bloqueio de 30% do orçamento em maio, várias manifestações da comunidade acadêmica foram realizadas em todo país, cobrando os repasses e defendendo a qualidade na educação pública federal no país. No dia 18 de outubro, o ministro da educação Abraham Weintraub anunciou o descontingenciamento do restante do orçamento do ano. Ao fim da entrevista o ministro colocou um óculos famoso em memes e jogou o microfone na mesa. Durante todo o ano, várias medidas de corte de gastos foram tomadas para manter o funcionamento da universidade.

Segundo a UFMG, R\$ 30,1 milhões, do montante de R\$ 64,5 milhões que havia sido contingenciado foram repassados em setembro. Seguem bloqueados R\$ 10,1 milhões do chamado orçamento de capital. A verba é destinada a investimentos, como obras e equipamentos. E conforme a reitoria é um recurso imprescindível para planejar a retomada das obras interrompidas no passado.

A universidade afirma que a preocupação agora é com o orçamento de 2020. Já que não existem confirmações sobre valores e liberações.

A UFMG foi a segunda universidade mais prejudicada no país com os bloqueios do governo federal.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Hospitais universitários da PB devem receber R\$ 3,5 milhões do Governo Federal Verbas devem ser utilizadas em serviços de atenção básica e ambulatoriais.

Por G1 PB

Três hospitais universitários da Paraíba devem receber, juntos, cerca de R\$ 3,5 milhões do Governo Federal. A portaria N° 2.788, que destina R\$ 79 milhões do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) a serviços de atenção básica de saúde de 48 HU's de todo o Brasil, foi publicada na edição desta quinta-feira (24) do Diário Oficial da União (DOU).

Conforme a portaria, o Hospital Universitário Lauro Wanderley, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, deve receber R\$ 1.451.028,29. Já o Hospital Universitário Alcides Carneiro, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Campina Grande, vai receber R\$ 1.378.200,98, e o Hospital Universitário Julio M. Bandeira de Melo, do campus da UFCG em Cajazeiras, vai receber R\$ 712.000,57.

O documento ainda estabelece que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias para a descentralização orçamentária dos valores repassados, e pontua que os recursos, que provém do Ministério da Saúde, sejam destinados, também, aos Serviços Ambulatoriais dos Hospitais Universitários. No nordeste, além da Paraíba hospitais universitários da Bahia, Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe também receberam verbas do MS.

G1 - TEMPO REAL

Acadêmico da Ufopa é premiado em encontro nacional de inteligência artificial, em Salvador

Jorge Luiz Figueira apresentou artigo na categoria graduação e concorreu com mais quatro trabalhos.

O estudante do curso de ciências da computação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, Jorge Luiz Figueira da Silva Júnior recebeu uma premiação

durante o 15º Encontro Nacional de Inteligência Artificial e Computacional (Eniac), em Salvador (BA). O certificado foi de melhor artigo de graduação, entre os cinco trabalhos que concorreram na categoria.

O evento ocorreu de 15 a 18 de outubro e é indexado pelo Qualis da **Capes** na área de ciências da computação. A cerimônia de entrega da premiação ocorreu no jantar solene do encontro, realizado concomitantemente ao 8th Brazilian Conference on Intelligent Systems (Bracis). O prêmio busca reconhecer o mérito técnico-científico de pesquisas conduzidas por alunos de graduação.

Intitulado “A Lyric-Based Approach for Brazilian Music Knowledge Discovery: Brazilian Country Music as a Case Study”, o trabalho foi orientado pelo prof. Dr. Fábio Lobato, da Ufopa, em parceria com o Prof. Dr. Rafael G. Rossi, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

A parceria foi fruto do Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional (edital 082/2018-Proen). O trabalho também foi financiado parcialmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para o prof. Fábio Lobato, estes editais de mobilidade acadêmica são muito importantes para complementar a formação dos discentes. “O Jorge desenvolveu atividades por três semanas na UFMS, junto ao Laboratório de Inovação em Engenharia de Software (LivES), e lá conseguiu concluir os experimentos do artigo. Este também é o tema do trabalho de conclusão de curso dele”, explica.

Segundo o acadêmico, a experiência obtida no intercâmbio superou as expectativas e o estágio abriu várias portas. “Embora curto, me permitiu atuar com outros pesquisadores do meu campo de estudo, e isso trouxe ganhos significativos para o meu trabalho, além da experiência de vida, é claro”, disse.

“A combinação das técnicas desenvolvidas na Ufopa com os métodos estudados na UFMS foi o que conferiu o diferencial ao trabalho, possibilitando concorrer ao prêmio”, completou.

Após o seu retorno, Jorge terá um curto período em Santarém, pois logo embarca para outro estágio, desta vez no Social CRM Research Center, vinculado à Universidade de Leipzig, na Alemanha. Jorge irá atuar por três meses em um projeto financiado pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, no qual o seu orientador atua como coordenador das atividades conduzidas no Brasil.

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprova R\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020

A aprovação foi durante debate nesta terça-feira (22)

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta terça-feira (22), emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para o programa educação básica de qualidade, de R\$ 93,4

bilhões para 146 bilhões. Outra emenda aprovada, do senador **Randolfe Rodrigues** (Rede-AP), amplia de 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500 milhões, uma destinada a Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra destinada à aquisição de veículos para transporte de alunos na educação básica.

Debate

Durante a discussão da matéria, o senador **Izalci Lucas** (PSDB-DF), relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sofreu um dos maiores cortes orçamentários realizados pelo governo do presidente **Jair Bolsonaro**. Conforme explicou, as bolsas da **Capes**, que não recebem reajuste a seis anos, sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhões.

O relator da matéria, senador **Esperidião Amin** (PP-SC) não atendeu ao pedido de **Izalci**, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a **Capes**.

Agência Senado

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**Proposta do governo de extinção de Capes e CNPq destrói sistema de pesquisa
Outra preocupação da comunidade científica e dos servidores do setor é com a
drástica redução de verbas para C&T em 2020, ressalta reportagem da AdUFRJ**

O fim do Sistema Nacional de Tecnologia e Inovação (SNTI) está nos planos do governo **Bolsonaro**. O plano de fusão entre **CNPq** e **Capes** e a criação da Fundação Brasil de Ciência e Tecnologia é um dos principais fatores para a destruição do SNTI, na avaliação de diversos representantes da comunidade científica. A nova instituição ficaria sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Originado no MEC, o plano foi rechaçado pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Marcos Pontes**, e pode ser levado à frente pelo presidente **Jair Bolsonaro**. Mesmo sob críticas de **Pontes**, a equipe do ministro da Educação, **Abraham Weintraub**, fez chegar o texto à Casa Civil já sob a forma de medida provisória. Com o **CNPq**, o MEC aumentaria sua pressão sobre as universidades federais, cujos projetos de pesquisa dependem fortemente da agência de fomento.

No entanto, após a reação de associações científicas e sindicais contra a fusão das duas agências, o plano parece estar em banho-maria. Parlamentares da já fragmentada base do governo, como o senador **Major Olímpio** (PSL-SP), fizeram críticas públicas ao plano. “Houve um recuo. Se a MP for para o Congresso, tem menos chance de ser aprovada”, disse o presidente da SBPC, **Ildeu Moreira**.

As últimas informações sobre as propostas do governo para a área de C&T apontam um esvaziamento do MCTIC. Além da transferência do **CNPq** para o MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), administrado pela

Finep e vinculado ao MCTI, iria para o BNDES, ligado ao Ministério da Economia.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) iria para o Ministério de Minas e Energia e a Agência Espacial Brasileira, para a Defesa. O Inpe poderia ir para a Defesa ou o Meio Ambiente.

O presidente do Sindicato dos Gestores em Ciência e Tecnologia e da Associação dos Servidores do CNPq, Roberto de Carvalho, lembrou que a proposta de governo Bolsonaro já sinalizava para o fim do atual sistema de C&T.

“O programa dizia que o sistema de C&T se esgotou e que era necessário ter uma mudança em torno da busca de recursos da iniciativa privada”, disse.

Carvalho enxerga como pano de fundo, para além do interesse do MEC em controlar o CNPq, o plano de reforma administrativa do ministro da Economia, Paulo Guedes, que tem defendido a forte redução do tamanho do Estado e a privatização do que for possível.

Embora veja falta de apoio parlamentar para aprovar a fusão neste momento, o presidente das entidades sindicais acredita que a ideia ainda está nos planos do governo. “Colocaram o pé no freio, mas não desistiram”, afirmou Carvalho.

Para a pró-reitora de pós-graduação da UFRJ, Denise Freire, a fusão entre **Capes** e CNPq é uma “medida equivocada” com consequências “muito negativas” ao SNTI, pois são instituições com propósitos distintos e complementares.

“Desde sua criação, o CNPq tem como objetivo fomentar projetos de pesquisa científicos e, recentemente, promover a inovação tecnológica e social. A **Capes** foi criada com a missão de qualificar profissionais de nível superior. Atualmente, fomenta a qualificação de recursos humanos de todo o sistema educacional brasileiro, com a introdução da educação básica e do ensino à distância”, disse. “A coexistência entre elas é fundamental para manter de pé os pilares da ciência, tecnologia e inovação no país”, completou.

Na avaliação da vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, o argumento da economia de recursos com a junção das duas agências de fomento não se sustenta.

“Todo mundo é a favor da eficiência. Ninguém é contra isso. Porém, a proposta de fundir para a criação de uma fundação que faria as duas coisas não vai gerar economia. Vai destruir um sistema construído com muito sacrifício ao longo de 68 anos”, disse. Para a vice-presidente da ABC, o MCTI cuida de ciência, tecnologia e inovação, enquanto o MEC trata da educação. “É como você precisar de um oncologista e ser atendido por um pediatra. **Capes**, CNPq e Finep têm funções complementares, não são substituíveis”, disse.

Orçamento de 2020

Outra preocupação da comunidade científica e dos servidores do setor é com a drástica redução de verbas para C&T em 2020.

No CNPq, as verbas previstas no ano que vem não contemplam editais de fomento a projetos de pesquisa. Estão no orçamento apenas as bolsas e em número mais reduzido.

Segundo a proposta do Executivo para o ano que vem, o CNPq teria entre 55 mil e 60 mil bolsas. Em 2019, os recursos têm coberto com muita dificuldade o pagamento de 84 mil bolsas, número bem inferior ao de anos anteriores. Em 2015, por exemplo, o CNPq concedeu 120 mil bolsas.

Na **Capes**, o orçamento de 2020 prevê R\$ 2 bilhões a menos em relação a 2019. Uma emenda parlamentar de R\$ 600 milhões pode reduzir para R\$ 1,4 bi esta diferença.

Já o FNDCT está com 90% do seu orçamento contingenciado. Dos R\$ 6 bilhões que recebe de fundos setoriais, menos de R\$ 1 bilhão foi destinado a atividades científicas. Os recursos do FNDCT apoiam projetos da Finep, do MCTI e do CNPq,

“Em vez de discutir a fusão, o governo deveria discutir o financiamento do setor. O governo está debatendo com o foco errado. O foco hoje é discutir com a comunidade científica e com a sociedade como superar a crise de financiamento à ciência, não gerando mais uma crise. O sistema está paralisado”, afirmou o ex-ministro de Ciência e Tecnologia Celso Pansera, que ocupou o cargo entre 2015 e 2016.

Na sua avaliação, o atual governo não entende o SNCTI. “Há uma certa birra do Weintraub e do Ministério da Economia, como se nada existisse antes, é uma atitude deletéria”, completou.

Para Ildeu Moreira, se de fato avançar o plano de desidratar o setor de C&T, o efeito será devastador sobre a produção científica. “Eles não percebem a importância que a C&T tem. O Brasil está dando um tiro no pé”, afirmou o presidente da SBPC.

Preocupado com o orçamento de 2020, ele avalia que existe uma dificuldade de o Congresso brasileiro contestar aquilo que foi proposto no Orçamento pelo Executivo.

A margem de manobra são as emendas parlamentares, que, no entanto, têm valores muito baixos em relação ao orçamento necessário para a área de C&T.

“O Parlamento brasileiro ainda não tem a tradição de mudar o Orçamento. Está na Constituição que ele pode mudar. Mesmo os deputados que defendem o setor têm muita dificuldade porque vem um pacote muito fechado do Executivo”, disse Ildeu Moreira.

AdUFRJ

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Nova etapa na luta por recursos para a ciência

Instituições voltam ao Congresso no próximo dia 12 por emendas ao orçamento de 2020

As entidades que fazem parte da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) voltarão ao Congresso em novembro para mais uma rodada de negociações em defesa dos recursos para a Educação e a Ciência. “O foco agora é o Orçamento Geral da União para o ano que vem”, afirma o presidente da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira.

“Colocamos como ponto central das próximas semanas a briga para melhorar o orçamento para 2020”, diz Moreira. Ele lembra que o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA 2020) enviado pelo Executivo ao Congresso em agosto reduziu muito os recursos para o fomento à pesquisa do CNPq, afetou fortemente a **Capes** que teve corte pela metade de suas verbas, prejudicou as universidades com a redução significativa dos recursos para custeio e capital. Também houve queda expressiva dos recursos para órgãos como Embrapa e Finep, que administra o FNDCT -fundo de origem privada que continua contingenciado em 90%. O orçamento previsto para despesas e investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) caiu de R\$ 5,7 bilhões neste ano para R\$ 3,5 bilhões no próximo.

A intenção é fazer uma nova rodada de negociações com os parlamentares agora que o PLOA 2020 já recebeu as propostas de alteração vindas das comissões e as emendas de bancada. “Com as propostas já encaminhadas ao relator da Comissão Mista do Orçamento, teremos um quadro mais definitivo e vamos agir, pedindo uma melhoria dos recursos para Ciência, Tecnologia e Educação”, comentou o presidente da SBPC.

Um mapeamento feito pela SBPC apontou oito emendas propostas por comissões e bancadas que devem ser o foco da atenção da ICTP.br. São quatro emendas ao Orçamento do Ministério da Educação no valor total de R\$ 1,2 bilhão, e quatro ao orçamento do MCTIC que, somariam R\$ 778 milhões ao PLOA do Ministério. Além disso, há emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PLPPA 2020-2023) contendo inclusões às metas de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, elevar a qualidade de Educação Básica e a taxa bruta de matrícula na graduação em dez pontos percentuais, em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação.

Moreira chamou a atenção para vitórias recentes da ICTP.br como a aprovação de emendas que recuperaram R\$ 600 milhões ao orçamento da **Capes** e R\$ 300 milhões para bolsas do CNPq, o que, para ele, demonstra o sucesso da sensibilização dos parlamentares à causa da educação e da ciência. Entretanto, ele pondera que as emendas apenas atenuam perdas maiores sofridas pelas agências de financiamento à pesquisa. “Por isso insistimos com os relatores que é importante mexer mais no Orçamento de 2020, em particular a reserva de contingência (do FNDCT) que está muito elevada”. Ele observou ainda que somente as emendas individuais e de bancada são impositivas, as de comissão não são, portanto estão sujeitas a cortes no ano que vem.

Veja aqui as propostas para CT&I.

Veja aqui as propostas para Educação.

Janes Rocha e Mariana Mazza – Jornal da Ciência

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Audiência pública debate melhorias para a educação em Rondônia

Deputado Lazineho da Fetagro comandou a audiência, com destaque para o modelo de Sobral e novas ferramentas do Google.

O presidente da Comissão de educação de Rondônia, deputado Lazineho da Fetagro (PT), comandou na tarde desta segunda-feira (21), no auditório da Assembleia

Legislativa de Rondônia, audiência pública para debater estratégias de melhorias para o ensino público em Rondônia.

Na audiência, foi apresentada a experiência educacional do município de Sobral/CE, tendo como expositor o secretário de Educação, Herbert Lima. Por outro lado, o diretor do Google For Education Brasil, Alexandre Campos, apresentou modelo tecnológico de apoio a professores e alunos, disponibilizada pela empresa Google.

Participaram do evento os deputados estaduais Adelino Follador (DEM), Alex Redano (Republicanos), Chiquinho da Emater (PSB), Cirone Deiró (Podemos), Aécio da TV (PP) e Cabo Jhony Paixão (Republicanos), o secretário estadual de Educação (Seduc), Suamy Vivecananda, o presidente da Arom, Claudio Santos; o presidente da Undime, Wilson Macedo; o conselheiro do Tribunal de Contas, Paulo Cury, a vereadora de Ji-Paraná, Cláudia de Jesus (PT), o superintendente do Sebare, Daniel Pereira; o superintendente da Fiero, Gilberto Batista, a presidente do Sintero, Lionilda Simão, e o secretário municipal de educação de Porto Velho, Márcio Félix.

“Agradecer pela mobilização de todos, para a realização dessa audiência pública. Na Comissão, acompanho de perto os desafios, os problemas, as realizações e as boas ações. Quero que todos entendam que não queremos, de forma alguma, menosprezar o trabalho que nos levou até aqui. A nossa intenção é estimular, trazer novos sonhos e, somados à capacidade que nós temos, irmos muito além, apesar dos obstáculos”, disse Lazineo ao abrir a solenidade.

Ainda de acordo com o proponente, “queremos plantar mais uma boa semente e contribuir para que a nossa educação cresça ainda mais. Vamos somar esforços nesse sentido e essa é a nossa motivação: atuar para que os resultados positivos na educação aconteçam”.

A audiência reuniu prefeitos, secretários municipais, vereadores, professores e diretores de escolas, com o foco no debate de um modelo que possa gerar ações e parcerias para a promoção de uma educação de qualidade.

Ainda segundo Lazineo, “é preciso reconhecer que temos muito a melhorar. E isso é uma tarefa de toda a sociedade. Tenho um sonho, como deputado: que pelo menos um município de Rondônia consiga, em dez anos, chegar à meta do IDEB, já estarei feliz. Precisamos buscar parcerias também e envolver a família”.

Deputados

Adelino Follador disse que a intenção da audiência pública, não é trazer um modelo pronto, ou ensinar a ninguém. “Na visita que fiz a Sobral, o que mais me chamou a atenção foi a motivação dos professores e diretores. Ou seja, se não houver uma mobilização, um querer de todos, a coisa não anda, seja qual for o modelo”, destacou.

Follador disse ainda que “aqui foi lançada uma semente, que com certeza vai dar bons frutos. E o Governo precisa ser parceiro dos municípios, adotando um modelo que possa fortalecer o aprendizado no ensino fundamental”.

Filho de professora, o deputado Cabo Jhony Paixão destacou a importância da audiência

para ações futuras em prol da educação. “Essa propositura do deputado Lazinho é muito importante para os municípios. Sabemos que nada surge de um dia para o outro e precisamos debater todas as alternativas de melhorias para os alunos rondonienses”, disse.

Jhony informou que colocou 70% de suas emendas para a educação, por entender a importância do setor. “Temos muitos desafios e é preciso recursos para enfrentá-los. Tenho procurado fazer a minha parte e dando a minha contribuição”.

Alex Redano também conheceu o modelo de Sobral e disse ter ficado encantado. “É um modelo diferente, que precisa ter coragem política e o resultado demora. Mas, é um caminho que trouxe resultados e precisa ser valorizado e pode ser adaptado para a nossa realidade em Rondônia e é essa a nossa intenção: apresentar um modelo exitoso, que possa somar forças por uma educação melhor em Rondônia”, acrescentou.

Chiquinho da Emater observou que “temos bons exemplos e acredito muito nos professores de Rondônia. Falta apoio, faltam ferramentas e é importante novos modelos que possam contribuir com a melhoria da educação. Precisamos avançar, educação é tudo e não podemos baixar a guarda”.

Cirone Deiró disse que, durante a visita que fez a Sobral, identificou como primordial a definição de uma política de Estado. “Independente do prefeito, o modelo segue e as decisões são sequenciadas. Ou seja, não é cada prefeito mudando o modelo, ao seu bel prazer. Sobral gasta 26% do orçamento com educação e faz muito. Ou seja, nem sempre é apenas o recurso que falta, mas falta planejamento, o engajamento da família e outras ações”.

Sobral

Em sua explanação, o Secretário de Educação de Sobral-CE, Herbert Lima, destacou os principais pontos da reforma educacional, iniciada há 20 anos pelo município que hoje é considerado um fenômeno em educação ao receber pela primeira vez as notas mais altas do país – 9,1 (1ª a 5ª série) e 7,2 (6ª a 9ª série) – nas duas etapas do ensino fundamental, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017, divulgado no fim de 2018 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Lima destaca que essas notas alcançadas nas avaliações nacionais são frutos de investimentos na gestão, melhoramento do aprendizado, incentivo aos professores, monitoramento de resultados. “Na década de 90 a rede municipal de Sobral era totalmente desestruturada, as escolas não tinham qualquer estrutura físicas para receber os alunos, os professores eram indicados por políticos e não possuíam a habilitação necessária para lecionar”, explica.

O secretário apontou que a política educacional de Sobral é estruturada em três eixos estratégicos: o fortalecimento da gestão escolar – seleção de diretores e professores por critérios meritocráticos, formação continuada, autonomia administrativa, pedagógica e financeira para as escolas; o fortalecimento da ação pedagógica – com a qualificação e organização do trabalho em sala de aula; e a valorização do magistério – com reconhecimento, gratificação por desempenho e qualificação do docente.

“Todos os diretores e coordenadores das escolas só ingressam em um cargo em comissão por meio de seleção pública, prova, análise de títulos e comportamental com intuito de verificar se aquele candidato tem condições de assumir uma gestão municipal. Vinte anos depois do empenho dos gestores, hoje temos 62 escolas bem estruturadas, com uma gestão escolar técnica”, explicou.

Outro ponto destacado para o resultado positivo do município pelo secretário de Sobral foi a valorização da alfabetização na idade certa através do programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), implantado em 1997. “Nosso interesse é garantir que as crianças avancem na série correta de fato dominando a leitura e a escrita. Esse programa foca na alfabetização como sendo a principal prioridade da política pública educacional e, depois, se amplia tratando de outras vertentes voltadas para formação de professores, materiais didáticos”, apontou.

Por fim, Lima afirmou que esse progresso na educação de Sobral é fruto de constantes investimentos, monitoramento de resultados, valorização dos professores com a garantia do piso salarial, foco na aprendizagem dos estudantes, apoiando o trabalho do professor em sala de aula, entre muitos outros pontos adotados pelo município.

Google

O diretor do Google For Education Brasil, Alexandre Campos, fez uma explanação de 20 minutos, mostrando, inicialmente, as mudanças no processo educacional nos últimos 50 anos. “Hoje, as crianças não têm mais paciência para ficar na sala de aula, calado, quietinho. Por outro lado, mudou a forma de acesso à informação, cada dia mais acessíveis. Não temos horários para acessar essa informação, que pode ser feita a qualquer momento. E vamos trabalhar em equipe, mas a escola ainda ensina de modo individual”, explicou.

Segundo ele, “a educação pode fortalecer todo o ecossistema. A Google disponibiliza uma série de ferramentas, aperfeiçoadas para facilitar o acesso. Outra ferramenta é o Chromebooks, um notebook concebido pela empresa, de manuseio muito simples e rápido”.

Ele citou algumas cidades onde o uso de ferramentas do Google, como o Chromebook, já está sendo disseminado e colhendo bons frutos, a exemplo de Barueri (SP), Fortaleza e Sobral, no Ceará, além de cidades no Espírito Santo e Santa Catarina.

“Estamos formando alunos para profissões que nem sabemos quais serão, no futuro. E, ao mesmo tempo, ainda temos medo de proporcionar aos alunos o acesso às ferramentas de tecnologia. O importante é acessar os programas certos e de maneira correta. Tem muita coisa que pode e deve ser utilizada”, ressaltou.

Em seguida, o diretor do Google mostrou um vídeo com crianças de uma comunidade ribeirinha, no interior do Amazonas. “Esse vídeo mostra as crianças com seus sonhos, com seus anseios e desejos. É isso que precisamos valorizar: que as nossas crianças sonhem em crescer, em se desenvolver, em aprender”.

Ele defendeu a formação continuada e o acompanhamento dos professores, ao longo de pelo menos três anos, preparando conteúdos digitais para os alunos, com o uso das ferramentas já disponíveis de forma gratuita pela empresa. “Importante essa parceria de

aluno e professor, em prol da escola. Ao nosso ver, isso vai garantir mais aprendizado e capacidade de nossos alunos concorrerem pelos melhores empregos, as melhores carreiras”.

Pronunciamentos

O secretário Suamy Vivecananda disse que “como é bom aprender com quem tem o que nos ensinar. Quem rompeu com um modelo, com um sistema, para fazer a diferença. Penso que em metodologias já provadas e aprovadas, não devem ser questionadas. Uma equipe técnica da Seduc esteve em Sobral e pretendemos promover mudanças, levando em conta esse modelo exitoso. Aliás, já fizemos mudanças”.

Segundo o secretário, “eu acredito na educação e precisamos discutir novos modelos, novas estratégias, que possam trazer números melhores, não apenas no IDEB, mas no processo de ensino e aprendizagem”.

Paulo Cury, que vai assumir a presidência do TCE no começo do próximo ano, se comprometeu em empunhar a bandeira, em busca de resultados melhores para a educação em Rondônia. “O que Sobral nos mostra é que ações simples, previstas em leis, dão resultados surpreendentes e que podem servir de base para ações semelhantes”.

Claudio Santos observou que os municípios têm muitos desafios para avançar na educação, mas defendeu que o uso da tecnologia é primordial para garantir esses avanços. “É importante analisar a realidade local e implantar um modelo adequado a nossa potencialidade”.

A presidente do Sintero, Lionilda Simão, defendeu que o modelo de escolha de diretores seja amplamente democrático, mas com preocupação em ter resultados positivos.

Daniel Pereira abriu a sua fala, ressaltando que “o modelo de Sobral está pronto, é exitoso, e o que precisamos é fazer um convênio para adotá-lo em Rondônia, com alguns ajustes. Trago aqui uma reflexão ainda: o Google fez essa apresentação e precisamos usar a tecnologia a favor da educação”.

O presidente da Undime, Vilson Macedo, parabenizou a Assembleia Legislativa, pela iniciativa em trazer o modelo de Sobral, para estimular, motivar a todos os envolvidos com a educação. “Essa audiência vem fortalecer ainda mais esse nosso compromisso em fazer uma educação cada vez melhor. Depende muito de ação política, de tomar decisões que possam mudar o rumo das prioridades”.

A vereadora Cláudia de Jesus elogiou o modelo de Sobral, “é possível que o gestor possa fazer mais e melhor pela educação, mesmo sem muitos recursos, sem grandes investimentos, mas com a aplicação correta e responsável dos recursos”.

Ela ressaltou que “esperamos resultados práticos. Quero dizer ainda que a mediação tecnológica foi implantada sem a devida discussão, o que tem gerado uma série de reclamações”.

O prefeito de Ariquemes, Thiago Flores (PSL), alertou que, “se tiver algum tipo de solução para o setor educacional, está aqui. Aqui estão as forças políticas e boa parte do corpo técnico. Reconheço ainda a ação do conselheiro Paulo Cury, em se colocar à

disposição para contribuir”.

Flores disse que, em 2017, técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes, estiveram em Sobral. “Lá é o modelo a ser seguido, mas se respeitando as nuances de cada lugar. O resultado, provavelmente, não será colhido agora, mas lá na frente, quando o resultado vir, vai ser sólido e concreto. Deixo a mensagem de que, quanto melhor a educação, menor é a violência. No final de semana, quatro jovens, pobres e negros, foram assassinados em Ariquemes”.

Ao final das explanações, o proponente da audiência pública, Lazinho da Fetagro, afirmou que o evento não tem como intenção desmerecer o trabalho que já foi feito na educação rondoniense. “Algo precisa ser feito de agora em diante para que o diferente apareça. Precisamos admitir que precisamos melhorar, toda sociedade, não apenas os professores, os gestores. É necessário um planejamento para que as metas sejam alcançadas. Se conseguirmos que pelo menos 1 dos 52 municípios de Rondônia chegue próximo da meta estabelecida, estaremos com a nossa missão cumprida. O novo não é fácil, mas vamos conquistar esse objetivo”, finalizou.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

AMB vê indústria de diplomas

Médicos e estudantes fazem protesto em BH contra formados no exterior: mobilização de classe é antiga. AMB diz que universidade terceirizou revalidação de diplomas

A Associação Médica Brasileira (AMB) denuncia irregularidade na revalidação de diplomas de medicina estrangeiros, a partir de dossiê apresentado ao Ministério da Educação (MEC) e ao Itamaraty. O documento detalha esquema que envolveria a venda de cursos de complementação em instituições de educação privadas, incluindo faculdades e centros universitários de seis cidades mineiras – Bom Despacho, Conselheiro Lafaiete, São João del-Rei, Contagem, Sete Lagoas e Caratinga.

A entidade acusa nominalmente a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) de terceirizar, por meio de convênios, o processo de revalidação de diplomas, uma competência das instituições públicas de ensino e condição básica para que o profissional formado no exterior consiga exercer a profissão no Brasil. Alunos que não foram aprovados no Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o conhecido Revalida, estariam se beneficiando da facilidade, que envolve pagamento de mais de R\$ 130 mil a intermediários e de mensalidades a cursos de escolas particulares.

Além da prova unificada nacional Revalida, que conta com a adesão de mais de 45 instituições, médicos com diploma estrangeiro podem buscar universidades públicas para validar seus diplomas. As instituições têm autonomia para estabelecer seu próprio método, conforme a Lei 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De acordo com o diretor da AMB José Bonamigo, chamou a atenção da Associação Médica o fato de a UFMT aprovar mais revalidações do que o próprio exame nacional. “No último edital, a instituição aprovou mais de 500 revalidações”, afirma Bonamigo. Ele sustenta que a universidade oferece a candidatos que não são aprovados a opção de fazer um curso de complementação, de 12 a 18 meses, em instituições privadas. Depois, segundo a AMB, os universitários retornam para fazer uma prova na UFMT. “Todos os que receberam a complementação, inclusive em escolas que não têm curso de medicina, tiveram o diploma revalidado pela universidade”, questiona o médico.

O processo envolve ainda, de acordo com a AMB, empresas que se apresentam como especializadas em conseguir a revalidação do diploma médico e que cobram mais de R\$ 130 mil pelo serviço. “Na prática, a pessoa sai do país, faz um curso de qualidade péssima, obtém diploma que, em algumas situações, não é aceito pelo próprio país de origem, e, na volta, se submete a um processo questionável”, afirma Bonamigo. De acordo com o MEC, a UFMT apresentou providência para que haja “maior transparência em seu processo de oferta de curso de complementação para o Revalida”, que envolve a divulgação de todo o processo, além da aplicação por meio de editais. “Por força de lei, os critérios e procedimentos para revalidação de diplomas de nível superior, não apenas os de medicina, adotados pelas universidades públicas, são previstas sob normas legais inseridas em sua autonomia didático-científica e administrativa (...). Desta forma, o MEC pode sugerir metodologias, mas não as pode determiná-las. Um dos subsídios criados para equalização do processo foi o Exame Revalida, instituído desde 2011”, informou o MEC, em nota.

O Centro Universitário de Caratinga (Unec-MG), no Vale do Rio Doce, é uma das instituições questionadas pela AMB. A instituição oferece 40 vagas para o curso de medicina, mas conta com mais de 200 para o curso de complementação em convênio com a UFMT. O procurador jurídico da Fundação Educacional de Caratinga, mantenedora da Unec, Thales Alves, afirma que o curso de complementação é apenas um pré-requisito para a prova da UFMT. E que a adesão do centro universitário conta com a anuência da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. “Temos uma unidade grande, com capacidade ociosa e profissionais adequados para prestar esse serviço.

A UFMT não recebe nada da fundação como contrapartida desse convênio”, afirma Alves. “A revalidação é de competência da universidade”, diz. Com custo de R\$ 4,9 mil ao mês, o curso dura de 12 a 18 meses e, após a conclusão, os alunos retornam à UFMT para avaliação. A UFMT não se pronunciou até o fechamento desta edição sobre os questionamentos da AMB.

topo ↕

O DIA - RJ - CIÊNCIA

Nova Iguaçu abre a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia

Com maioria das atividades no Shopping Nova Iguaçu, evento vai até sexta-feira

Nova Iguaçu - O prefeito de Nova Iguaçu, Rogerio Lisboa, abriu a 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de Nova Iguaçu (SNCT 2019), nesta terça-feira. “Quando assumimos o governo, em 2017, herdamos uma dívida tão grande que cheguei a pensar que passaríamos quatro anos sem condições de fazer nada pela cidade. Aos poucos, fomos sanando as finanças e conseguimos tocar projetos importantes. Um deles é a Casa da Inovação, que começou como um laboratório e agora está crescendo, já temos sete unidades espalhadas pela cidade”, comemorou.

O evento organizado pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semacti), está sendo patrocinado pelo Governo Federal pelo segundo ano consecutivo e traz este ano o tema Bioeconomia - Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável.

A abertura da SNCT 2019 aconteceu no Shopping Nova Iguaçu, onde serão realizadas a maioria das atividades até o dia 25 de outubro. Participaram da cerimônia alunos dos

curso oferecidos pela Casa da Inovação, autoridades locais e do estado, além do ex-nadador paralímpico Clodoaldo Silva.

O secretário da Semacti, Alex Castellar, lembrou que a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia se dá graças ao projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). “Mais de 4 mil municípios e instituições de ensino em todo o país disputaram o edital e apenas 100 projetos foram contemplados. Entre eles, o nosso. Este ano, apenas as prefeituras de Nova Iguaçu e de Arraial do Cabo foram contempladas no estado do Rio. Em 2018, nós fomos a única prefeitura de toda a região Sudeste”, revelou Castellar.

Conhecido como Tubarão das Piscinas, o ex-nadador paralímpico Clodoaldo Silva, dono de 14 medalhas paralímpicas (sendo seis de ouro, seis de prata e duas de bronze) lembrou que a ciência e a tecnologia fazem cada vez mais parte do cotidiano, até mesmo no esporte paralímpico. “A inovação tecnológica foi fundamental para que eu baixasse cada vez mais meu tempo na piscina. Se eu, com todas as dificuldades, fui capaz de vencer na vida, todos aqui podem ser vencedores”, afirmou o ex-atleta, diagnosticado com paralisia cerebral.

Após a cerimônia de abertura, o Espaço Coworking do Shopping Nova Iguaçu recebeu a primeira atividade da SNCT 2019, a Oficina sobre Gestão de Tempo, promovida pelo Sebrae, que reuniu empresários, universitários e feirantes de Nova Iguaçu. “Nosso objetivo é fazer com que as pessoas saibam se organizar de maneira a não desperdiçarem tempo. Desta forma, poderão ter um trabalho mais produtivo e, consequentemente, mais valorizado”, explica Juliana Fontoura, responsável pela oficina.

A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia continua nesta quarta-feira. O evento tem como público-alvo professores e estudantes dos ensinos fundamental, médio, técnico e superior, mas é aberto à toda população.

Por isso, serão realizadas dentro do evento a Feira Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (FEMuCTI) e a Feira de Economia Criativa, Agroecologia e Inovação Social. Para participar das atividades com vagas limitadas é preciso se inscrever pelo site www.novaiaguacu.rj.gov.br/snct2019. No site também é possível ver a programação completa.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Avaliação de pós-graduação passará a incluir impacto social e interação regional
Modelo será implementado em 2021; indicadores ainda são desafio para estudos,
iniciados em 2017**

Brasília

O novo sistema de avaliação de pós-graduação no Brasil vai ampliar a análise de indicadores e passará a focar fatores como impacto social, interação com o setor produtivo regional e a vocação de cada programa. A própria escala de notas atribuída aos cursos deve ser alterada.

O governo Jair Bolsonaro (PSL) planeja ter o novo modelo até o fim de 2020, para que a implementação ocorra no próximo ciclo de avaliação, que começa em 2021 —o ciclo é realizado a cada quatro anos, com acompanhamentos periódicos.

A avaliação dos cursos de pós-graduação —mestrado e doutorado— é de responsabilidade da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, autarquia ligada ao MEC (Ministério da Educação).

As discussões do novo modelo começaram oficialmente em 2017, ainda no governo Michel Temer (MDB).

Os programas de pesquisa recebem notas com base no desempenho em indicadores, mas as informações de pesquisa (como quantidade de artigos e citações) têm maior protagonismo. Outros aspectos, como impacto social, carecem de indicadores e ficam sem peso na avaliação final.

O objetivo da reformulação é, segundo a **Capes**, garantir um acompanhamento que reflita um panorama mais amplo dos pontos fortes e áreas em que há necessidade de melhoria de cada programa.

O presidente da **Capes**, **Anderson Ribeiro Correia**, diz que a chamada análise multidimensional também servirá para induzir pesquisas de maior impacto científico, social e econômico.

"Com a avaliação, vamos incentivar que a pesquisa tenha maior impacto na sociedade, na indústria, estaremos em busca de uma pesquisa mais relevante", diz Correia.

O novo sistema trará indicadores em cinco dimensões: transferência de conhecimento, internacionalização, impacto na sociedade, formação e pesquisa.

A **Capes** ainda analisa quais serão os indicadores de cada dimensão, mas devem compor esse sistema, por exemplo, informações de pesquisas com engajamento regional, evolução salarial do egresso, criação de empresas e projetos de extensão universitária.

"A gente quer que a universidade cumpra sua vocação regional e os indicadores vão medir [esse impacto]", diz.

O próprio sistema de notas será alterado. Em vez de ter um conceito único por programa, haverá uma nota para cada uma das cinco dimensões.

Atualmente, a escala de notas vai de 1 a 7. Para funcionar, programas precisam receber conceito mínimo 3.

Essa avaliação norteia a priorização de concessão de bolsas e também a autorização de funcionamento dos cursos.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, tem feito críticas à qualidade da pesquisa brasileira, que, segundo ele, teria baixo impacto.

A **Capes** passou neste ano por um corte que atingiu 8% das bolsas de pesquisa por causa de bloqueios de orçamento. A maior parte dos cortes atingiu programas nota 3.

O governo ainda planeja uma fusão da **Capes** com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), outra agência de apoio à pesquisa ligada ao

Ministério da Ciência.

O país tem 4.591 cursos de pós-graduação. Um terço tem nota 3, metade deles recebe notas 4 e 5, e 11%, 6 e 7. Essa escala de notas deve ser alterada. Estuda-se uma escala que vá até 5.

Informações sobre pesquisa e formação continuarão, entretanto, como primordiais: um desempenho mínimo nesses quesitos deve permanecer como parâmetro de autorização de funcionamento.

Os cursos deverão ter bons indicadores em todas as dimensões, mas haverá um olhar diversificado para cada área.

Um curso de filosofia não terá, naturalmente, necessidade de transferir tecnologia. Por outro lado, um mestrado profissional que não tiver bons indicadores de relação com o mercado pode ser descredenciado, segundo exemplos do presidente da **Capes**.

Parte desses aspectos não é ignorada na avaliação atual, mas, segundo a **Capes**, não ganha destaque pela falta de indicadores definidos.

"Hoje, o impacto social tem visibilidade menor pela falta de indicadores claros", diz a diretora de Avaliação da **Capes**, Sônia Bão.

Análises internas da **Capes** mostram que há programas que poderão ter notas reduzidas, como alguns considerados de excelência internacional (6 e 7) mas que não registram indicadores de internacionalização consistentes.

Por outro lado, pós-graduações que tenham bons resultados de inovação poderão ter seu trabalho mais evidenciado.

A cientista Helena Nader, presidente de honra da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), avalia como positiva a proposta, mas ressalta alguns riscos em relação à definição de indicadores.

"Meu medo é banalizar. Tem de ter critérios muito claros, e, antes de pôr em prática, simular para entender o impacto", diz ela, que também diz estar preocupada para que o novo modelo não desprestigie a pesquisa básica. "Há uma dificuldade com patentes, porque demora dez anos para aprovarem."

"O grande desafio é que a evolução do modelo ocorra sem sustos, sem causar descontinuidade no processo avaliativo", afirma o professor Jorge Audy, da PUC-RS, que preside a Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação, que trabalha nas discussões.

Mais de 80% dos programas funcionam em instituições públicas, apesar de, na graduação, 75% dos alunos estarem em particulares.

O presidente da **Capes** diz que o novo modelo deve beneficiar os dois lados: vai incentivar as públicas a buscarem recursos e parcerias com a iniciativa privada e valorizar as privadas que têm maior facilidade de fazer isso.

topo 

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

CE aprova R\$ 146 bilhões para educação básica no Orçamento de 2020

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou, nesta terça-feira (22), emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019) e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (PLN 21/2019).

Para o PPA, o colegiado aprovou emenda do senador Fabiano Contarato (Rede-ES) que amplia o volume de recursos para o programa educação básica de qualidade, de R\$ 93,4 bilhões para 146 bilhões. Outra emenda aprovada, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), amplia de 45,45% a meta relacionada ao número de projetos que serão fomentados em programa de incentivo à cultura.

Para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020, o colegiado aprovou duas emendas no valor de R\$ 500 milhões, uma destinada a Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e outra destinada à aquisição de veículos para transporte de alunos na educação básica.

Debate

Durante a discussão da matéria, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator setorial da área de educação no Orçamento de 2020, defendeu a aprovação de emendas em apoio a programas de formação de professores de nível superior. Segundo ele, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** sofreu um dos maiores cortes orçamentários realizados pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Conforme explicou, as bolsas da **Capes**, que não recebem reajuste a seis anos, sofreram um corte de R\$ 1,62 bilhões.

O relator da matéria, senador Esperidião Amin (PP-SC) não atendeu ao pedido de Izalci, lembrando que a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados já aprovou emenda para o Orçamento de 2020 destinando recursos para a **Capes**.

topo 

CICLO VIVO - TEMPO REAL

Pesquisadores criam plástico de mandioca: transparente e resistente

Método já teve a patente requerida, visando a transferência de tecnologia para a indústria.

Um novo tipo de plástico biodegradável, que tem como matéria-prima o amido de mandioca, foi produzido em parceria por duas unidades da USP: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), em Piracicaba, e Escola Politécnica (Poli). Os pesquisadores desenvolveram uma técnica que utiliza o gás ozônio para processar o amido e melhorar as propriedades do plástico. O resultado é um produto mais transparente e resistente, que poderá ser usado em diversos tipos de embalagens. O método já teve a patente requerida, visando a transferência de tecnologia para a indústria.

“A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, explica o professor Pedro Esteves Duarte Augusto, coordenador do Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P) da Esalq. “Uma das possíveis matérias-primas para a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata, arroz, entre outros.”

Segundo o professor, a união dos grupos de pesquisa ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, do Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA) da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). “Por outro lado, no Ge²P estudamos, desde 2015, diferentes tecnologias para modificação de amidos e possíveis aplicações”. De acordo com o professor Duarte Augusto, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Assim o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. E a pesquisadora boliviana Carla Ivonne La Fuente Arias, engenheira química e de alimentos, é o elo dessa união. Carla desenvolve seu pós-doutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e a partir de então teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, conta.

Ozonização

Carla aponta que o aspecto inovador do seu projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. Esse é o foco, modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos um produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-industrial”, explica. Assim, para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, Carla leva o material até a Poli para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do plástico de mandioca estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, detalha Carla. “Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”.

A engenheira lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, destaca. Um pedido de patente já foi depositado, visando à transferência de tecnologia para a indústria.

Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico *Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films*, publicado na revista *International Journal of Biological Macromolecules*. O trabalho teve ainda a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, sendo financiado pela Fapesp e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com bolsas da Fapesp, CNPq e Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Foto capa: Gerhard Waller/ Esalq

As informações são do Jornal da USP

topo ↕

GOVERNO DE SP - TEMPO REAL

Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável Parceria envolve cientistas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e da Escola Politécnica da universidade

O Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), e o Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), estabeleceram uma parceria que resultou na produção de um novo plástico biodegradável.

Segundo os pesquisadores, o material, que tem origem no amido de mandioca, apresenta propriedades melhores que o tradicional, que possibilitarão outras aplicações e melhores resultados. “A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, salienta o coordenador do Ge²P, professor Pedro Esteves Duarte Augusto.

“Uma das possíveis matérias primas para a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata e arroz, entre outros”, completa o docente.

Parceria

De acordo com o professor, a união de esforços entre os laboratórios ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos centros de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp).

O docente destacou que, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Com isso, o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. A pesquisadora boliviana e engenheira química e de alimentos Carla Ivonne La Fuente Arias é o elo dessa união. A profissional desenvolve o pós-goutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e, a partir de então, teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, enfatiza.

Carla Ivonne La Fuente Arias conta que o aspecto inovador do projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. O foco é modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-

industrial”, diz a pesquisadora.

Etapas

Para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, a cientista leva o material até a Escola Politécnica para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do novo produto estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, explica a engenheira química e de alimentos.

“Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”, detalha.

Aplicações

Carla Ivonne La Fuente Arias lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, afirma.

Um pedido de patente já foi depositado, com vistas à transferência de tecnologia para a indústria. Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico *Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films*, publicado na revista *International Journal of Biological Macromolecules*.

O trabalho teve, ainda, a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, com financiamento pela Fapesp e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de bolsas da Fapesp, CNPq e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo ↕

JORNAL OESTE - TEMPO REAL

Direção do IFMT em Cáceres e Sinasefe apresentam demandas para parlamentar durante audiência pública da Câmara Federal no município

O Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo sediou, na última sexta-feira (18.10), audiência pública da Comissão de Educação da Câmara Federal com debate sobre Políticas e Reformas Curriculares como o Programa Future-se, a Base Nacional, Comum Curricular (BNCC) e a reforma do Ensino Médio. Além do debate sobre as políticas educacionais em curso no país, foram apresentadas demandas pela direção do campus e das representações dos sindicatos com reivindicações ao parlamento.

A atividade contou com a participação da deputada federal professora Rosa Neide (PT-MT), autora do requerimento na Câmara e teve entre os expositores, o Pró-reitor de Ensino do IFMT, Carlos André de Oliveira Câmara e o representante da Seção Cáceres do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica Sinasefe, Anderson Wesley. O debate foi mediado pelo professor do IFMT Cáceres, Matheus de Mesquita e Pontes.

"Nós queremos a educação pública, gratuita para todos e com qualidade. O sentido da

audiência é trazer para essa reflexão, estudantes, os pais, profissionais e todos que possam abraçar essa causa", afirma Rosa Neide. A parlamentar reiterou o compromisso em defesa da educação e contra os cortes no orçamento para a pasta.

Realizada em formato de mesa-redonda, a audiência foi articulada pelo Sinasefe /Cáceres em parceria com a direção – geral do IFMT Campus Cáceres – Prof. Olegário Baldo e integrou a programação da XV Jornada de Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso (Jorneduc), promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e pelo Departamento de Pedagogia da Unemat.

Em meio às explanações, o pró-reitor de ensino do IFMT, Carlos Câmara, apresentou uma contextualização da realidade da educação profissional tecnológica no Brasil e em Mato Grosso e as problemáticas vivenciadas frente a programas do governo, a exemplo do Future-se.

"Ontem em Brasília, na conclusão dos trabalhos do Fórum dos pró-reitores da Rede Federal junto com os pró-reitores das universidades federais houve um consenso: O Future-se não é um programa que abarca as necessidades primárias de nenhuma das instituições públicas federais", afirma o pró-reitor de ensino.

De acordo com ele, o programa não apresenta consistência para economicidade e facilidade de investimento, apenas coloca em risco autonomia intelectual das instituições. Com relação ao novo ensino médio, o pró-reitor destacou que a medida não tem consonância com a realidade dos institutos federais e não contempla a formação integral desenvolvida na rede.

O pró-reitor apontou também problemas de instabilidades geradas com a inconsistência de encaminhamentos no contexto atual de políticas para educação. "A gente chega para a nossa comunidade e fala como funciona dentro de uma métrica legal que está instituída, e no dia seguinte, a gente recebe um decreto, uma resolução, um ofício que diz não é mais dessa forma, mudou. É muito desafiador", afirma.

No que tange à redução de investimentos na educação, o pró-reitor destacou a preocupação com cortes orçamentários com destaque para os destinados à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para formação de professores no Brasil. Ele agradeceu a parlamentar Rosa Neide pela proposição de emenda ao orçamento no valor de 300 milhões para bolsas de apoio à educação básica a partir da **CAPES**. A emenda já foi aprovada na Comissão de Educação e vai para votação em plenário.

Cartas de reivindicações

Durante a audiência, a diretora de desenvolvimento educacional do campus, Juçara Tinasi, apresentou a parlamentar Rosa Neide, demandas da direção-geral do campus por investimentos na unidade. Entre as reivindicações, o campus solicitou recursos para a construção de bloco de alojamento feminino; readequação de espaço para academia da comunidade escolar, construção de laboratório para Engenharia Florestal e reforma de setores como apicultura, avicultura, bovinocultura, florestas e suinocultura.

A direção da instituição solicitou também recursos para redimensionamento/balanceamento da rede de energia de alta-tensão do campus;

recuperação e ampliação da pavimentação asfáltica interna; e ampliação do acervo de livros para a biblioteca do campus, em especial para os cursos superiores e o novo curso de Química que será ofertado a partir de 2020.

Na ocasião o Sinasefe-Seção Cáceres apresentou reivindicações com demandas da categoria no contexto local e nacional. No eixo de políticas públicas na área de educação, destacou a necessidade de posicionamento e articulação no parlamento pela revogação a Emenda Constitucional nº 95 que congelou os investimentos do governo federal nos serviços públicos até o ano de 2036; garantia de 10% do Produto Interno Bruto da nação para a educação; garantia de investimentos nos Institutos Federais; posse imediata de reitores e diretores eleitos; revogação do Novo Ensino Médio, reformulação da discussão da BNCC com entidades científicas, sindicatos, gestores escolares e comunidade educacional, retirada do Programa Future-se e do "Novos Caminhos"; oposição a projetos que limitem a liberdade de cátedra e a favor da valorização e incentivo à educação profissional de perfil integrado e holístico.

No âmbito de Políticas de Valorização do Servidor, o Sinasefe reivindicou, entre outras demandas, a reestruturação e valorização das carreiras de Educação Básica, Técnica e Tecnológica e do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, e a revogação dos dispositivos de extinção de cargos e portaria de indicação de setores a serem terceirizados na carreira de trabalhadores técnico-administrativos da educação. Nas demandas específicas para o campus, o sindicato também formalizou a solicitação de emenda parlamentar para aquisição de referências bibliográficas, em especial para consolidação dos cursos superiores, ampliação do alojamento feminino voltada as discentes; e reformas em setores agrícolas e laboratórios.

Participaram da audiência, estudantes e servidores do IFMT em Cáceres e docentes da Unemat e da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Entre as representações institucionais e sindicais, a audiência contou com a participação da professora da Unemat, Heloísa Salles Gentil, da organização da XV Jorneduc; o presidente do Sinasefe-Seção Cáceres, professor do IFMT, Eliel Regis de Lima; a representante do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep), professora Maria Clara Ede Amaral; e da Associação dos Docentes da Unemat (Adunemat), professora Silvia Regina Nunes.

Projeção nacional

O portal da Câmara dos deputados destacou a agenda da Comissão de Educação realizada em Cáceres-. Além da deputada federal professora Rosa Neide (PT-MT), autora do requerimento na Câmara, o documento contou com a assinatura dos deputados do Partido dos Trabalhadores, Alencar Santana Braga (SP), Natália Bonavides (RN), Margarida Salomão (MG) e Rejane Dias (PI).

[topo](#)

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Qual o impacto do bem-estar de suínos machos na cognição e emoção da prole?

Pesquisadores do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) da USP, em Pirassununga, querem entender as potenciais alterações que o bem-estar dos suínos machos genitores acarretaria nos espermatozoides e, consequentemente, nos leitões por eles produzidos.

De acordo com o coordenador dos estudos, o professor Adroaldo J. Zanella, a

importância dos experimentos reside na identificação e mensuração das implicações que o sêmen de machos que sofreram experiências negativas e positivas durante o processo de formação dos espermatozoides (espermatogênese) possam ter para silenciar ou ativar genes, os quais, por sua vez, podem transmitir tais informações para a prole, alterando a trajetória de vida dos animais.

Os suínos têm habilidades cognitivas comparáveis aos cães domésticos e apresentam respostas emocionais muito comparáveis aos humanos. Eles se reconhecem no espelho, como chimpanzés e elefantes, e também antecipam decisões de outros suínos (reconhecem o que os animais sabem ou não sabem).

Os estudos estão sendo desenvolvidos pelos pesquisadores Thiago Bernardino de Almeida, em sua pesquisa de doutorado, e Leandro Sabei, em sua dissertação de mestrado, e contam com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A pesquisa de Thiago Bernardino de Almeida teve duração de 10 semanas e foi realizada com 27 cachaços (machos suínos adultos não castrados).

Nove receberam o manejo tradicionalmente dedicado a esses animais quando mantidos para reprodução, ou seja, ficaram em celas onde somente podiam deitar e levantar.

Outros nove machos foram mantidos em baias onde se movimentavam e mantinham contato, através de cercas, com os outros animais.

Os últimos nove animais receberam o tratamento que implicava um melhor nível de bem-estar: além de alojados em baias, eles receberam feno para manipular, tiveram estímulo tátil diariamente através de escovação e também foram premiados com rápidos banhos de água.

Todos os animais tiveram o sêmen colhido para análises de suas características e qualidade, o que possibilitou comparações em função das diferentes condições de alojamento e de bem-estar dos progenitores.

A partir daí, entrou em cena o mestrando Leandro Sabei. Em sua pesquisa, ele misturou o sêmen de seis machos, para cada um dos grupos do experimento do Thiago Bernardino de Almeida, totalizando 18 animais, e obtendo assim três amostras de sêmen – uma de cada grupo.

Esse material foi inseminado em 14 fêmeas suínas que gestaram leitões de pais com diferentes experiências. São esses os leitões que nasceram no mês de setembro. Eles foram submetidos a uma vasta bateria de testes para que aspectos cognitivos e emocionais revelem a contribuição do bem-estar do macho nos aspectos de desenvolvimento da prole.

Os testes incluem comportamento social, memória, medo, ansiedade e emoções positivas, além da concentração de hormônios de estresse, como cortisol, na saliva dos leitões.

Os dois experimentos avaliam a contribuição dos machos na trajetória das proles e, para isolar tal contribuição, as fêmeas foram mantidas em condições excelentes de bem-estar, de modo a demonstrar que foi o sêmen, de fato, que transmitiu as informações para o feto, como explica Zanella.

Resultados preliminares destes trabalhos foram apresentados na reunião da Sociedade Internacional de Etologia Aplicada, em Bergen, na Noruega, no início de agosto. Trabalhos também foram aceitos para a reunião da Sociedade Brasileira de Etologia, que será realizada no próximo mês de novembro, em São Paulo.

Além do apoio da Fapesp, este projeto tem como parceira a Universidade de Linköping, na Suécia, com recursos do Conselho de Pesquisas daquele país. Na Suécia, o pesquisador Leandro Sabei vai estudar os marcadores epigenéticos na prole das 14 fêmeas.

O doutorando Thiago Bernardino de Almeida está na University of Maryland, nos Estados Unidos, com bolsa no exterior Fapesp (BEPE). Ele vai avaliar os RNAs do sêmen dos machos em um laboratório que é referência mundial em fatores que modulam a expressão gênica no sêmen de humanos e roedores, contribuindo para distúrbios cognitivos e emocionais.

Na trajetória científica do professor Zanella, outros estudos demonstraram como o bem-estar das fêmeas contribui para a prole. Em um projeto de doutorado desenvolvido na USP e na Universidade de Teramo (Itália) pela estudante Marisol Parada Sarmiento, foram demonstrados efeitos de doenças que causam dor nas fêmeas suínas gestantes sobre a percepção de dor dos leitões. Este projeto também recebe recursos da Fapesp.

Em todas essas pesquisas, a construção do trabalho experimental contou com parceiros importantes. A certificadora internacional de bem-estar animal Certified Humane doou recursos para a aquisição dos animais. A empresa brasileira de genética suína TOPGEN ofereceu acesso às suas instalações para alguns experimentos. Além disso, impressiona a grande participação, nesses experimentos, de estudantes de graduação em Medicina Veterinária e Zootecnia da USP e de outras instituições do Brasil. Eles desenvolvem estudos paralelos, como um que avalia a arquitetura do ninho das fêmeas suínas em relação à capacidade de manter a temperatura adequada para os leitões.

Segundo Zanella, esse arranjo é fruto de um enorme trabalho que busca oferecer para os animais o melhor sistema possível para que o bem-estar dos mesmos seja assegurado, visando a entender como os animais se comportam e interagem com um ambiente mais positivo.

Mais informações: e-mail adroaldo.zanella@usp.br

Reportagem e texto: Mariana Bombo Perozzi Gameiro

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

Os efeitos do desbloqueio tardio de verbas para as universidades

Ministério da Educação anunciou que remanejou R\$ 1,1 bilhão para o ensino superior. O 'Nexo' falou com o doutor em educação Gregório Grisa sobre o impacto de liberar recursos após meses de contingenciamento

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, usa óculos com referência a meme durante anúncio de liberação de recursos

O Ministério da Educação anunciou na sexta-feira (18) a liberação de toda a verba de custeio das instituições federais de ensino superior. Os recursos tinham sido bloqueados em abril, o que gerou, no mês seguinte, duas grandes manifestações de estudantes, professores e funcionários contra o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Na época, a pasta justificou a necessidade do contingenciamento com a arrecadação abaixo do esperado. Agora, o ministério diz ter remanejado internamente recursos para a liberação do dinheiro, sem detalhar de onde saiu o valor. Isso significa que, na prática, não há um descontingenciamento.

R\$ 1,1 bilhão
é o valor que o MEC promete destinar às instituições para a execução dos gastos não obrigatórios

A pasta detalhou o destino dos recursos liberados:

R\$ 771 milhões serão enviados para as universidades.
R\$ 336 milhões vão para os institutos federais.

Ainda estão bloqueados R\$ 2,86 bilhões do orçamento global do ministério, referentes a todas as etapas de ensino. Esse contingenciamento afeta ações da educação básica à pós-graduação, como a oferta de bolsas de pesquisa.

A ‘lacrção’ do ministro da Educação
Ao anunciar a liberação do dinheiro, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, tentou provocar os críticos do governo. Ao final da coletiva, ele colocou óculos que fazem referência a um meme para indicar que havia deixado os adversários sem reação. Depois, disse “Ab [Abraham] is out!”, jogando o microfone na mesa.

Weintraub precisou explicar o significado de sua atitude. Sua frase havia passado a ideia de que estava deixando o cargo. Segundo ele, a expressão era usada pelo cantor Elvis Presley ao terminar os shows.

Nas redes sociais, ele escreveu: “Acabou o contingenciamento das federais! VERBAS 100% LIBERADAS! Cadê os ‘especialistas’ que alardeiam o caos há 6 meses. Vão admitir que ‘erraram’?”.

O ministro tem sido criticado desde que, em abril, afirmou que cortaria as verbas das universidades federais por causa da “balbúrdia” que alegou existir nas instituições de ensino. Sua fala gerou uma crise para o governo, devido à reação dos estudantes, professores e funcionários, que foram às ruas protestar. Em maio, ele foi convidado a se explicar na Câmara.

A crise nas universidades federais

O contingenciamento

O orçamento do MEC sofreu em abril um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões, de um total de R\$ 30 bilhões bloqueados para reduzir os gastos em todo o governo. Mais de R\$ 2 bilhões atingiam as universidades e os institutos federais, que tiveram 30% de seus recursos discricionários congelados. Esses gastos, não obrigatórios, não incluem salários e aposentadorias. Numa transmissão ao vivo em uma rede social ao lado de Bolsonaro, o ministro chegou a usar chocolates para tentar explicar a medida, dizendo que o dinheiro não seria cortado. “Deixa pra comer [os chocolates] depois de setembro”, disse.

A primeira liberação

Em setembro, Weintraub anunciou desbloqueio de quase R\$ 2 bilhões da pasta, dos quais 58% (R\$ 1,2 bilhão) foram destinados a universidades e institutos federais. O dinheiro também foi usado para comprar livros didáticos, realizar exames da educação básica e pagar bolsas da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. “Está tudo na normalidade”, disse ao anunciar a medida. Universidades, porém, já tinham suspendido serviços de limpeza e cancelado aulas noturnas por falta de vigilância. A Universidade Federal do Paraná ameaçava interromper o ano letivo.

O remanejamento do que faltava

Em outubro, o MEC não descongelou o resto do dinheiro bloqueado em abril, mas remanejou verbas, sem explicar a origem, para direcioná-las às instituições, o que já foi feito. Ao ser questionado se estava arrependido por criticar as universidades por “balbúrdia”, Weintraub voltou a atacá-las. “As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano para o pagador de imposto. Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina nem plantar maconha”, disse, sem dizer onde isso ocorre.

Uma visão sobre o contingenciamento

O Nexo conversou com o professor do IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul) Gregório Grisa, que é doutor em educação e PhD em sociologia, sobre as consequências do bloqueio de verbas para as instituições federais de ensino superior.

É possível mensurar o impacto do bloqueio?

GREGÓRIO GRISA No global, é muito difícil [mensurar]. As universidades têm realidades orçamentárias muito distintas. As mais novas têm mais obras que envolvem recursos de capital que não necessariamente foram descontingenciados agora. E há as mais consolidadas, com serviços que não são tão afetados. O impacto incide na prestação de serviços, em especial dos terceirizados, e nas atividades fins, como pesquisa e extensão, com o não pagamento de bolsas ou de recursos de capital de projetos. Cursos que envolvem a questão agrícola, por exemplo, têm constantemente visitas técnicas que fazem parte nuclear do currículo e que são práticas inerentes deles. Essas visitas foram sistematicamente canceladas e não voltam mais. É um tipo de atividade que não recupera. Exemplos acadêmicos, como mostras e salões, se foram cancelados, não podem ser realizados às pressas no final do ano. Teria que ver a magnitude disso em cada uma das instituições.

Há como recuperar as ações de pesquisas e as bolsas?

GREGÓRIO GRISA Não tem como pagar de forma retroativa. Não se paga para o aluno bolsas de junho e julho que porventura foram cortadas. Das que foram canceladas

pelo MEC, muitas eram renovações, algum aluno que deixou de ser bolsista e outro que seria nomeado.

O que significa o desbloqueio agora?

GREGÓRIO GRISA Quando o contingenciamento é anunciado em março, se faz todo um replanejamento. Em universidade e institutos que têm multicampi, as reitorias acabam concentrando recursos para poder manter as atividades básicas em todos os campi. Quando não se tem segurança do que vai ser descontingenciado, certas atividades são paralisadas, e outras, canceladas. Agora, quando é descontingenciado, via de regra, vai se pagar contas que atrasaram, contratos com fornecedores, com terceirizados e afins. Em alguns casos, até luz e água. E vai se tentar fazer empenhos que envolvam compras já licitadas, processos com pregão já feito, que não necessariamente é prioridade daquele campus, daquela gestão, daquela reitoria. Acaba se utilizando algo que não era prioridade para 2020. Para não perder os recursos, acaba se fazendo a compra mesmo assim. Isso não é regra, mas pode ocorrer. Pode haver um certo improviso no empenho agora, fazendo com que a eficácia do gasto se reduza. O orçamento para o ano que vem prevê restrições muito importantes para o MEC. Não só na **Capes** como na rede tecnológica dos institutos, há uma redução importante dos recursos discricionários, de custeio. Algo em torno de quase 60%. Há uma outra previsão no orçamento enviado neste ano que são recursos vinculados à aprovação de decretos legislativos, complementares. Cerca de 20% de todo o orçamento do MEC está, digamos assim, condicionado à aprovação parlamentar, por parte do Congresso. Em termos globais, nós temos redução prevista para repasses da educação básica, para hospitais federais vinculados a universidades, para o ensino superior e técnico. O prognóstico é de uma retração maior para 2020. Essa insegurança para a pesquisa é muito complicada. Não se garantem para pesquisadores e universidades insumos que são da rotina. Em tese não se deveria passar por essa insegurança orçamentária que a gente está vivendo.

Quais outras áreas da educação ainda sofrem com falta de verbas?

GREGÓRIO GRISA Tem alguns programas que nem saíram do papel, que não receberam recursos liquidados. Não executaram os recursos. Na educação básica, há programas principalmente ligados à construção de creches. Às vezes, quando estamos falando de obras paradas, é um duplo problema, porque tem a demanda para concluir a obra, mas tem um gasto adicional que procede do fato de ela ter sido paralisada. Nos institutos, tem um conjunto de campi novos que precisam de um conjunto de obras de infraestrutura para se consolidar. Para consolidar campi no interior do Brasil, precisaria dar conta de alguns novos prédios e algumas manutenções prediais caras. Esse recurso não existe, não está no horizonte hoje em virtude do baixíssimo nível de investimentos públicos da União.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

CAPES sedia conferência pela alfabetização

Como parte da implementação da Política Nacional de Alfabetização (PNA), a **CAPES** sedia a 1ª Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE), que acontece entre os dias 22 e 25 de outubro. O evento, organizado pelo Ministério da Educação (MEC), foi aberto por Abraham Weintraub, titular da pasta, **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, e Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização do MEC.

Anderson Correia contou que a PNA foi prioridade nos 100 dias do governo Bolsonaro e explicou que “agora temos os desdobramentos decorrentes da implementação da política, com projetos concretos”. Ele destacou as duas diretorias da CAPES que atuam na alfabetização: a de Educação Básica e a de Educação a Distância. Nelas há vários projetos conjuntos em andamento voltados à formação do professor.

Sempre lembrando a importância de uma sociedade alfabetizada, Abraham Weintraub frisou que a leitura, a escrita e a capacidade de fazer contas é libertadora. Carlos Nadalim, por sua vez, explicou que a CONABE debate “o estado da arte da alfabetização, a fim de consolidar o conhecimento científico, identificando evidências rigorosas”.

CONABE

O evento reúne pesquisadores, professores, gestores educacionais e representantes da sociedade civil – brasileiros e estrangeiros – que trabalham com diferentes áreas da aprendizagem e do ensino da leitura, da escrita e da matemática básica.

A partir das discussões geradas no encontro, será consolidado o Relatório Nacional da Alfabetização Baseado em Evidências (RENABE), a ser publicado em 2020, como subsídio técnico-científico que orientará os programas do MEC derivados da PNA.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 22.10.2019

topo ↕

SBT - TEMPO REAL

Pesquisadores da USP desenvolvem novo plástico biodegradável

O Grupo de Estudos em Engenharia de Processos (Ge²P), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), e o Laboratório de Engenharia de Alimentos (LEA), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), estabeleceram uma parceria que resultou na produção de um novo plástico biodegradável.

Segundo os pesquisadores, o material, que tem origem no amido de mandioca, apresenta propriedades melhores que o tradicional, que possibilitarão outras aplicações e melhores resultados. “A busca por alternativas renováveis para a produção de plásticos biodegradáveis é crescente, sendo foco do estudo de diversos grupos de universidades no mundo inteiro”, salienta o coordenador do Ge²P, professor Pedro Esteves Duarte Augusto.

“Uma das possíveis matérias primas para a produção desses plásticos é o amido, ingrediente natural obtido de vegetais como milho, mandioca, batata e arroz, entre outros”, completa o docente.

Parceria

De acordo com o professor, a união de esforços entre os laboratórios ocorreu porque a produção de plásticos a partir de amidos tem sido explorada há 15 anos pelo grupo da professora Carmen Cecilia Tadini, da Poli e do Food Research Center (FoRC), um dos centros de pesquisa apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp).

O docente destacou que, embora o grupo já tenha desenvolvido trabalhos com as

tecnologias de ultrassom e irradiação, os estudos com modificação de amidos com ozônio têm resultado em diversas aplicações, como a melhoria da expansão no forno e impressão 3D.

Com isso, o desenvolvimento do projeto em parceria com a Poli conseguiu unir uma demanda às experiências dos grupos envolvidos. A pesquisadora boliviana e engenheira química e de alimentos Carla Ivonne La Fuente Arias é o elo dessa união. A profissional desenvolve o pós-goutorado no Ge²P, em parceria com o LEA e com bolsa da Fapesp. “O professor Pedro fez parte da minha banca de qualificação no doutorado e, a partir de então, teve início essa aproximação que hoje se consolida no pós-doc”, enfatiza.

Carla Ivonne La Fuente Arias conta que o aspecto inovador do projeto consiste na modificação do amido de mandioca a partir da ozonização para a produção de filmes. “Trata-se de uma tecnologia verde, amigável com o ambiente. O foco é modificá-lo com o ozônio de maneira a melhorar suas propriedades na forma nativa. Produzimos assim esse plástico biodegradável e, mesmo ainda na etapa inicial, já obtivemos produto de boa qualidade. A próxima etapa, a ser executada na Poli, é a produção em escala semi-industrial”, diz a pesquisadora.

Etapas

Para a concretização do projeto, são realizadas na Esalq as etapas de ozonização, secagem e caracterização das amostras de amido. Na sequência, a cientista leva o material até a Escola Politécnica para preparar e caracterizar o plástico biodegradável.

Entre os benefícios do novo produto estão maior resistência, transparência e permeabilidade. “O processamento dos amidos com ozônio permitiu a obtenção de filmes plásticos mais resistentes e homogêneos, com diferente interação com a água e, em alguns casos, melhor transparência”, explica a engenheira química e de alimentos.

“Essas são características de grande interesse industrial, demonstrando como a tecnologia de ozônio pode ser útil para a fabricação de plásticos biodegradáveis com propriedades melhores do que utilizando apenas o amido nativo”, detalha.

Aplicações

Carla Ivonne La Fuente Arias lembra que o produto deverá ser utilizado no mercado de várias formas. “As aplicações são inúmeras, já que embalagens mais resistentes e transparentes são desejáveis em grande parte das aplicações”, afirma.

Um pedido de patente já foi depositado, com vistas à transferência de tecnologia para a indústria. Os resultados obtidos a partir desse estudo foram apresentados no artigo científico Ozonation of cassava starch to produce biodegradable films, publicado na revista International Journal of Biological Macromolecules.

O trabalho teve, ainda, a participação das pesquisadoras Andressa de Souza, Bianca Maniglia e Nanci Castanha, com financiamento pela Fapesp e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de bolsas da Fapesp, CNPq e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo ↕

SÉCULO DIÁRIO - TEMPO REAL

Movimentos sociais questionam eficácia do tratamento de comunidades terapêuticas

Locais funcionam como abrigo para pessoas com dependência química sem fiscalização de seus trabalhos

Internação como primeira opção, distanciamento dos laços sociais e afetivos do paciente e doutrinação religiosa. Nesse tripé, que caracteriza o trabalho feito nas comunidades terapêuticas, estão os principais pontos criticados pelos movimentos sociais ligados ao tratamento de pessoas com dependência química, que questionam, inclusive, a eficácia do método adotado por essas instituições.

Segundo o professor de Educação Física, militante da Luta Antimanicomial, do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), do Fórum Metropolitano Sobre Drogas e integrante do Grupo de Trabalho e Prevenção ao Suicídio, André Ferreira, as comunidades terapêuticas funcionam como um abrigo para pessoas com dependência química e não há uma fiscalização rigorosa de seus trabalhos.

De acordo com André, o Governo do Estado destina para elas verba que vêm do Governo Federal, da Política de Combate às Drogas, custeando vagas de internação. No último dia 18, inclusive, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, realizou oficinas de qualificação para as comunidades terapêuticas (CTs) conveniadas ao Governo do Estado, parceria que também é questionada pelos militantes da Luta Antimanicomial.

Essa verba, argumenta André, deveria ser voltada para o tratamento da dependência química a ser realizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), que é mais eficaz. Ele explica que por meio do SUS o tratamento começa pela atenção primária, com profissionais da área da saúde. Se não resolver, a pessoa é encaminhada para a Rede de Atendimento Psicossocial, por meio do CAPS. A internação, afirma, é o último recurso, porém, de acordo com André, virou prioridade por meio das comunidades terapêuticas.

“É comprovado que a internação fragiliza os laços sociais, distancia a pessoa da família. Muitas comunidades quebram totalmente os laços afetivos, inclusive, enviando a pessoa com dependência química para outro estado. As comunidades criam uma situação ilusória, distancia a pessoa daquelas que podem oferecer drogas a ela, distanciam totalmente do ambiente do uso e quando a pessoa volta para esse ambiente não sabe lidar com a vida, com os convites que vai receber para usar a droga”, explica André.

André salienta que as comunidades terapêuticas normalmente são coordenadas por grupos evangélicos e os internos costumam se dedicar ao trabalho laboral e práticas religiosas, não havendo, de fato, um tratamento terapêutico para lidar com a droga. “No SUS, por meio do **Capes**, tem psicólogo, psiquiatra, vai ter grupos para auxiliar sobre como lidar com a droga, conversar sobre como está a experiência no ambiente de uso”, diz. E critica a utilização da dependência química como forma de praticar proselitismo religioso. “São pessoas fragilizadas pela dependência. Faz-se um tratamento baseado na religião, relacionam a droga com a ausência de Deus”, afirma.

Casos de agressão

Segundo o militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e integrante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH-Serra), Gilmar Ferreira, em muitas das comunidades terapêuticas já foram flagradas práticas de violências, segregação e tortura. Em 2018, o Governo Federal destinou R\$ 90 milhões

para as comunidades terapêuticas, repasse que passou para R\$ 155 milhões no Governo Bolsonaro.

“O estado precisa afirmar o seu caráter laico. Os serviços de prevenção e tratamento para dependência do álcool e outras drogas devem estar disponíveis a todos na rede pública de saúde com equipamentos e profissionais capacitados, a exemplo dos Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT’s) e dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)”.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Tenho certeza que Weintraub me vê como inimiga, diz Tabata Amaral Em entrevista ao GLOBO, parlamentar vê inconstitucionalidade no Escola Sem Partido e defende revisão do Fundeb a cada cinco anos

RIO — Notória por seus discursos contra o primeiro escalão do Ministério da Educação (MEC) desde o começo do governo Bolsonaro, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) vem aumentando a frequência dos encontros com sua base eleitoral em São Paulo, com foco especial nos eleitores mais jovens de diferentes regiões do país.

Em uma destas reuniões, realizada na Fundação Getúlio Vargas do Rio, com bolsistas da instituição que foram medalhistas da Olimpíada de Matemática, a deputada de 25 anos pregou para os jovens participarem da política para ocupar espaços dos "tradicionais homens gordinhos com cabelo branco".

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, a deputada respondeu ainda sobre programas do MEC como o Future-se, a discussão do Fundeb, os posicionamentos do ministro e como vê o Escola sem Partido.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou recentemente o descontingenciamento dos recursos nas universidades e fez uma grande apresentação para isso. Como você vê essa postura?

É... o que eu posso falar de um ministro que coloca um óculos e joga um microfone? O ministro está mais preocupado em fazer campanha, em causar nas redes sociais do que em fazer políticas públicas. Ele faz tudo, menos o que um ministro de estado deveria fazer. Ele mesmo falou isso, né? Que ele estava mais preocupado em zoar fulano e sicrano do que em pensar nos problemas da educação. Eu acho triste. Ele mostra estar pouco focado em problemas que são enormes e que dariam bastante coisa para ele pensar.

Você acha que ele te vê como inimiga?

Eu tenho certeza que sim, pelas coisas que ele fala para os outros deputados. Mas, eu tenho bastante assuntos mais sérios para trabalhar e para focar. Acho que é bastante unilateral. Eu olho para ele como ministro da Educação e tenho uma excelente relação com todos os secretários. Sou muito bem recebida e levo sugestão. Não estou preocupada em ficar no plenário xingando fulano ou a mãe de não sei quem. Quando eu tenho uma dúvida, vou lá e levo uma pergunta e, depois, uma proposta.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC divulga horário de provas do Enem em cada estado

Estudantes devem ficar atentos ao fuso horário. As provas serão aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro de acordo com o horário de Brasília

O MEC (Ministério da Educação) divulgou as orientações sobre o horário das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios. Como a aplicação segue o horário de Brasília, dependendo do local, os relógios podem estar até duas horas atrasados, e os participantes devem ficar atentos. Cerca de 5,1 milhões de pessoas estão inscritas para o exame.

Os portões de acesso aos locais de prova serão abertos e fechados em horários diferentes nos estados, isso porque, pela extensão territorial do país, existem diferentes fusos horários. Os estudantes que chegarem após o fechamento dos portões não poderão fazer o exame.

No dia 3 de novembro, os estudantes terão cinco horas e meia para fazer a prova. No segundo domingo de prova, 10 de novembro, o tempo será mais curto: cinco horas.

O acesso à sala de provas só será permitido com a apresentação de documento oficial de identificação com foto, conforme previsto em edital. O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) recomenda que o participante imprima e leve o cartão de confirmação da inscrição, que já está disponível na Página do Participante e no aplicativo do Enem.

Veja o horário das provas do Enem em cada estado:

Acre e 13 municípios do Amazonas (Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Jutai, Lábrea, Pauini, São Paulo de Olivença, Tabatinga): abertura dos portões às 10h, fechamento dos portões, 11h, término das provas, 17.

Amazonas (com exceção dos 13 municípios descritos acima), Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul: abertura dos portões, às 11h, fechamento dos portões, 12h, início das provas, 12h30, término das provas, 18h.

Demais estados: abertura dos portões, às 12h, fechamento dos portões, 13h, início das provas, 13h30, término das provas, 19h.

O horário de término das provas é válido para o primeiro domingo do Enem. No segundo domingo, a prova terminará meia hora mais cedo.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Falta de qualificação é barreira para expansão da IA

Segundo especialistas ouvidos pelo Terra, o ensino dentro do setor de tecnologia precisa ser mais teórico e plural.

O consumidor final está se acostumando cada vez mais com atendentes de voz robóticos e os chats em que máquinas recebem informações de humanos para solucionar problemas. Por trás dessas soluções, há um trabalho de cientistas de dados, programadores e arquitetos da informação. Especialistas da empresa americana de computação IBM acreditam que desenvolver esse tipo de profissionais é um dos grandes desafios para a adoção da tecnologia de inteligência artificial (IA) dentro das empresas.

Durante o evento "Data and AI Forum", em Miami, na Flórida (EUA), na última terça-feira (22), o gerente geral de dados e inteligência artificial da IBM, Rob Thomas, afirmou que a construção de equipes com profissionais qualificados para mexer com IA é um dos maiores desafios para a expansão da tecnologia nas companhias. Segundo ele, essa dificuldade não é exclusiva de um país, mas sim uma preocupação global.

No Brasil, a situação é bem semelhante a qual Thomas descreve. A demanda é alta dentro do País por profissionais qualificados para mexer com dados e realizar projetos de inteligência artificial. Segundo dados do relatório "Inteligência e Formação" da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), o setor de tecnologia necessitará, até 2024, de 70 mil profissionais ao ano. Cientistas de dados, programadores e arquitetos da informação são fundamentais para a adoção da tecnologia de inteligência artificial (IA) dentro das empresas.

Ao mesmo tempo, as instituições educacionais não estão conseguindo acompanhar o ritmo. De acordo com a Brasscom, o Brasil tem 46 mil profissionais formados dentro do setor de tecnologia ao ano. Na área de ciência de dados, por exemplo, há apenas oito cursos dentro da grade curricular das universidades, segundo o Ministério da Educação (MEC). Cinco dessas formações ainda não iniciaram suas aulas.

Para o diretor de dados e inteligência artificial da IBM para a América Latina, Leonardo González, a educação é uma das chaves para estimular o uso de IA nas empresas. "A base de tudo está no ensino", afirma o executivo ao Terra. "Temos que treinar essas capacidades que hoje são deficitárias em nossa sociedade." Segundo ele, é necessário que os novos profissionais não só tenham conhecimento prático, mas também teórico na área.

As instituições educacionais na América Latina - principalmente no Brasil e no México -, na visão de González, já começaram a olhar para a necessidade de um ensino mais teórico no setor de tecnologia. "Nenhuma universidade vai criar um curso de graduação se não houver demanda do mercado", diz. "Muitos estudantes já têm aprendido na Academia as teorias de inteligência artificial e aprendizado de máquina."

Na mesma linha de pensamento, o vice-presidente global de dados e inteligência artificial da IBM, Daniel Hernandez, também acredita que a capacitação de profissionais dentro da área de tecnologia é importante para o desenvolvimento de novas soluções. "Às vezes, o maior problema dentro das empresas nem é de tecnologia", afirma o executivo ao Terra. "A dificuldade pode ser de ter equipes qualificadas ou uma cultura organizacional muito rígida."

Apesar de entender a capacitação como um desafio para as grandes empresas, Hernandez crê que o ensino dentro do setor precisa ter um olhar mais plural. "Uma questão bem desafiadora é que cursos muitas vezes apenas ensinam o aluno a mexer em uma única plataforma de IA ou de Big Data", diz. Dessa forma, segundo ele, o profissional tem um aprendizado em como mexer em ferramentas e softwares de poucas empresas e não adquire um conhecimento teórico mais generalizado.